

**MAIÊUTICA
ATIVIDADES
FÍSICAS, SAÚDE E
BEM-ESTAR**



UNIASSELVI

CENTRO UNIVERSITÁRIO

LEONARDO DA VINCI

Rodovia BR 470, Km71, nº 1.040, Bairro Benedito

89130-000 - INDIAIAL/SC

www.uniassearvi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

Atividades físicas, saúde e bem-estar

UNIASSELVI 2019

Presidente do Grupo UNIASSELVI

Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

Reitor da UNIASSELVI

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial

Prof. Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância

Prof. Érico Coelho Ribeiro

Diretor de Educação Continuada

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Denise De Castro Insaurriaga Silva

Lindamir Pozzo Arbigaus

Naiandra Dittrich

Rodrigo D`Alonso Ferreira

Meike Marly Schubert

Editoração e Diagramação

Calebe S. Prado

Capa

Cleo Schirmann

Revisão Final

Bianca Suliee Korc Correa

Publicação *On-line*

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

Apresentamos a você mais uma edição da Revista Maiêutica Atividades físicas, saúde e bem-estar do Centro Universitário Leonardo Da Vinci - UNIASSELVI. O conteúdo da revista é oriundo de trabalhos acadêmicos, pesquisas de iniciação científica, projetos de ensino ou de notório valor acadêmico, elaborados tanto de forma individual, em dupla, trio e/ou grupos de trabalho.

Desta forma, a revista é um espaço privilegiado para publicação e tem como missão intensificar e divulgar a produção didático-científica de acadêmicos, tutores e professores do curso, que apresentam interesse em publicar artigos na área, cumprindo também o importante papel de tornar acessível à comunidade o que se produz de conhecimento em nosso Centro Universitário Leonardo Da Vinci - UNIASSELVI.

Essa publicação evidencia a importância de pesquisar, analisar, refletir, aprofundar, socializar os resultados e trocar ideias e assim enriquecer o mundo acadêmico com saberes diferentes. Afinal, o nome Maiêutica relembra o conceito socrático de que é preciso trazer as ideias à luz, fazer nascer o conhecimento, confirmando a dialética necessária da construção da sabedoria humana.

Desta forma, convidamos você a ler a Revista Maiêutica Atividades físicas, saúde e bem-estar da UNIASSELVI, e desejamos que os artigos aqui disponibilizados possibilitem reflexões sobre temas relacionados diretamente à esta área do conhecimento.

Boa leitura!



SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ATRAVÉS DE RECURSOS ADAPTADOS

The importance of new methodologies for the education of school physical education through adapted resources

Denise de Castro Insaurriaga Silva
Matheus Carvalho da Silva 7

A INCLUSÃO DE DEFICIENTES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

The inclusion of disabled people in school physical education

Adelir Greff
Gisele Vargas Teixeira
Luis sandro Lopes Rocha..... 21

COMUNIDADE ESCOLAR E A POLÍTICA DE INCLUSÃO

School community and policy inclusion

Adelir Analice Natalli Greff
Simoni Ivani Batista
Virginia Lane Silveira da Costa 33

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Racial discrimination in school physical education

Allan Ricardo Freitas da Rosa Azevedo
Cláudia Micael Melo
Édio Julio da Rosa
Priscila Faleiro Butzke
Juliano Vieira da Silva 41

ÉTICA E O TRABALHO DOCENTE

Ethics and teaching work

Eder Burigo
Salesio Padilha 53

PLANEJAMENTO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Planning in the lessons of physical education

Augusto Conti
Diego Ricardo
Bruno Mendes
Talita Santos Cornélio..... 59

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: ELENOR KUNZ

Pedagogical practices in physical education: Elenor Kunz

Flávia Batista Pazonotto
Lucas Cavalheiro dos Reis
Pâmela da Cunha Cavalheiro
Simone Cunegatto Camargo
Fernanda Gabriela Rateke..... 65

TIPOS DE ALISAMENTOS CAPILARES

Janete Policarpo Nones
Jordana Ester Moretto
Kamila Eduarda Feder
Evelyn Daniele Bergamo Vicente Johannes 73

A IMPORTÂNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ATRAVÉS DE RECURSOS ADAPTADOS

The importance of new methodologies for the education of school physical education through adapted resources

Denise de Castro Insaurriaga Silva¹

Matheus Carvalho da Silva¹

Resumo: O presente trabalho com o tema “A importância de novas metodologias para o ensino da Educação Física Escolar através de recursos adaptados” consiste em uma análise bibliográfica e de campo a respeito dos recursos e metodologias utilizadas nas aulas de Educação Física em instituições que não dispõem de recursos e infraestrutura para o desenvolvimento das práticas. Este trabalho se encaixa na área de concentração a formação docente, que por sua vez busca fazer uma contribuição para a atuação educacional dos profissionais de Educação Física Escolar que trabalham em instituições que carecem de recursos e infraestrutura necessária.

Palavras-chave: Educação Física. Recursos. Metodologia.

Abstract: The present work with the theme “The importance of New Methodologies for the Teaching of School Physical Education through Adapted Resources” consists of a bibliographical and field analysis regarding the resources and methodologies used in Physical Education classes in institutions that do not have resources and infrastructure for the development of practices. It is also worth noting that this paper fits into the area of teacher training concentration, which in turn seeks to make a contribution to the educational performance of Physical Education School professionals working in institutions that lack the necessary resources and infrastructure.

Keywords: Education Physics. Resources. Methodology.

Introdução

Na atual realidade do sistema público de educação brasileiro, as instituições de ensino atuantes, em uma boa parte, não dispõem de recursos e materiais para que o professor possa lecionar de forma a atender a todos os requisitos (principalmente na área da Educação Física, onde esses recursos são cada vez mais precários).

Dessa maneira, o presente trabalho, com o tema “*A importância de novas metodologias para o ensino da Educação Física Escolar através de recursos adaptados*”, tem como área de concentração a formação docente, que, por sua vez, está centrada em fazer uma contribuição para a atuação do profissional de Educação Física dentro das escolas que não dispõem de infraestrutura e/ou materiais adequados para a realização de aulas práticas prazerosas e proveitosas.

O mesmo tema faz uso do domínio das concepções metodológicas que referenciam a construção do saber, onde, por meio da adaptação de recursos, uso de materiais do cotidiano e utilizando espaços da comunidade, o professor possa interagir de forma que atenda não só aos conteúdos programáticos, como também possa obter uma relação com o processo de formação do indivíduo e da sua cidadania, e isso se dá por meio da integração socioespacial e da interdisciplinaridade de uma forma sustentável.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - no 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281 – Site: www.uniassevi.com.br

Com base nas informações acima mencionadas, como o professor deve agir para enfrentar e sanar as dificuldades no que se refere à baixa qualidade da infraestrutura e escassez de materiais adequados?

Dessa maneira, o presente trabalho justifica-se pela necessidade da busca de metodologias para driblar os obstáculos presentes nas escolas onde não há estrutura física adequada, tendo em vista a realidade da carência de instrumentos metodológicos. Com isso, com o desenvolvimento de atividades pré-desportivas utilizando materiais do dia a dia e espaços públicos, será possível realizar aulas mais dinâmicas, onde, por meio da adaptação desses materiais juntamente com as brincadeiras, os alunos possam obter a assimilação dos fundamentos de alguns esportes, e do conteúdo teórico na prática.

O seguinte estudo tem como objetivo geral: contribuir para a atuação do profissional de Educação Física dentro das escolas que não dispõem de infraestrutura e/ou materiais adequados para a realização de aulas práticas; e objetivos específicos: Verificar quais as necessidades estruturais de algumas instituições; Identificar quais possíveis atividades, recursos e brincadeiras poderiam ser adaptados e adequados para assimilação de alguns conteúdos práticos; Investigar quais metodologias e métodos utilizar durante a realização das práticas.

O presente trabalho apresenta em sua estrutura o corpo do trabalho, que contém a fundamentação teórica, onde foram destacadas ideias de autores acerca do tema proposto; Materiais e métodos que, por sua vez, destacam de que forma foram coletados os dados no decorrer da pesquisa e os procedimentos adotados; Resultado e discussão, que apresenta os resultados obtidos a partir do aporte teórico, as análises realizadas e os dados obtidos na pesquisa; e por fim, a conclusão do mesmo, onde foi apresentada uma análise sobre o trabalho desenvolvido, e informados resultados e reflexões acerca do tema.

História da Educação Física Escolar

Falando mais especificamente sobre a historicidade da EFE (Educação Física Escolar), podemos destacar que a mesma passou por diversas transformações até chegar à forma como a conhecemos hoje, e sua importância foi ficando cada vez mais evidente com o passar dos anos.

A história da EFE no Brasil se dá a partir da chegada da família real em meados dos anos de 1800, porém a EFE só foi efetivada com a reforma de Couto Ferraz no ano de 1854. Esta reforma tornou obrigatório o ensino da Educação Física como disciplina nas escolas.

Segundo Betti (1991 *apud* LEMOS, 2009):

A Educação Física escolar brasileira teve seu início oficial em 1851, com a Reforma Couto Ferraz, quando foram apresentadas à Assembleia as bases para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Após três anos, em 1854, a sua regulamentação foi expedida e entre as matérias a serem obrigatoriamente ministradas estavam, no primário, a ginástica, e no secundário, a dança.

Entretanto, a Educação Física escolar não teve uma boa repercussão por parte dos pais dos alunos, pois para eles este tipo de conteúdo não era pertinente à educação de seus filhos, por não ser “intelectual”². Houve certa tolerância por parte dos meninos, pois a ginástica remetia a instituições militares; já em relação às meninas, houve pais que as proibiram de participar das aulas de Educação Física³.

2 Nesse período, qualquer atividade que não fosse relacionada à educação tradicional era tida como não intelectual.

3 Educação Física que até então era chamada de ginástica.

Só por volta do ano de 1882 é que a Educação Física ganha um maior destaque, quando Rui Barbosa fomentou a importância do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho), onde defendeu a inclusão da Ginástica (Educação Física) no currículo das escolas e de se ter profissionais capacitados como das demais disciplinas. Vale ressaltar que ele ainda destaca a relevância da ginástica para os alunos, pois segundo ele, é importante ter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual.

Em meados de 1920, durante a primeira fase do Brasil República, alguns estados federativos, como o Rio de Janeiro, começaram a desenvolver suas reformas no âmbito educativo, incluindo a Ginástica no currículo escolar (BETTI, 1991). Vale ainda destacar que, além da inserção da ginástica nas escolas nessa época, também aconteceu a criação de diversas escolas de Educação Física, onde o principal foco que desempenhavam era na formação militar. Além disso, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, a Educação Física ganha um maior impulso e passa a ser inserida também na Constituição, onde houve a criação de leis que reforçavam ainda mais a obrigatoriedade da referida disciplina no meio escolar (RAMOS, 1982).

A Educação Física escolar, aproximadamente na década de 30, sofreu influência das escolas francesa, sueca e alemã, que concebiam a disciplina com uma perspectiva higienista e militarista, onde ressaltavam que “o exercício físico deveria ser utilizado para aquisição e manutenção da higiene física e moral (Higienismo), preparando os indivíduos fisicamente para o combate militar (Militarismo)” (DARIDO; RANGEL, 2005 *apud* SOARES, 2012).

A partir da década de 1960, houve uma maior participação do esporte nas aulas de Educação Física, que por sua vez se mostrou como contraponto aos métodos tradicionais de ginástica e passou a utilizar o esporte o adequando junto com as práticas pedagógicas.

Por volta da década de 1980, houve bastante contestação ao modelo esportivista da Educação Física, dando brecha para a criação de outras tendências no âmbito escolar da Educação Física. Soares (2012, p. 1) ressalta que “atualmente, coexistem na Educação física diversas concepções, modelos, tendências ou abordagens, que tentam romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional que outrora foi embutido aos esportes”, entre eles podemos citar a psicomotricidade; desenvolvimentista; saúde renovada; críticas; e mais recentemente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

No ano de 1996, a partir da reestruturação dos PCN, é destacada a importância do vínculo entre o aprender a fazer na Educação Física. Miquelin *et al.* (2015, p. 5) ressaltam que:

De forma geral, os PCN trazem as diferentes dimensões dos conteúdos e propõem um relacionamento com grandes problemas da sociedade brasileira, sem, no entanto, perder de vista o seu papel de integrar o cidadão na esfera da cultura corporal. Os PCN buscam a contextualização dos conteúdos da Educação Física com a sociedade em que estamos inseridos, devendo a Educação Física ser trabalhada de forma interdisciplinar, transdisciplinar e através de temas transversais, favorecendo o desenvolvimento da ética, cidadania e autonomia.

Em todo o período histórico da Educação Física Escolar, houve várias tendências e formas de trabalhar com a Educação Física na sala de aula, porém percebe-se que ainda não há certa atenção no que diz respeito à estruturação das instituições no tocante a recursos, muitas vezes cabendo ao profissional recorrer à adaptação dos mesmos.

Educação Física Escolar e seus conteúdos

Com relação aos conteúdos da Educação Física escolar, os mesmos se mostram diferente em relação às demais disciplinas. Os conteúdos da Educação Física, até recentemente, eram

classificados como atividades⁴, enquanto nas demais disciplinas os conteúdos eram referentes a conceitos teóricos, como ressalta Bracht (2010, p. 1):

O entendimento de conteúdo em Educação Física foi marcado até recentemente (meados da década de 1980) pela ideia de atividade, no caso, de uma atividade física. Enquanto em outras disciplinas escolares o conteúdo sempre foi entendido como um conhecimento de caráter conceitual, na Educação Física ele era visto como uma atividade.

As atividades que os alunos eram submetidos a fazer tinham a finalidade de melhorar a aptidão física, ou seja, os conteúdos (atividades) eram voltados para hábitos mais saudáveis, assim como a moldagem do caráter dos alunos. Vale ainda ressaltar que os conteúdos poderiam ser de diversas formas, sendo eles ginástica, esportes, jogos etc.

Para a preparação dos conteúdos nas aulas de Educação Física, primeiramente é interessante entender os princípios norteadores que estão presentes em cada tipo de conteúdo, são eles: relevância social; adequação às possibilidades sociocognitivas dos alunos; contemporaneidade do conteúdo.

Esse ponto de vista foi agregado também aos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/SEF, 1997, p. 28):

A concepção de cultura corporal amplia a contribuição da Educação Física escolar para o pleno exercício da cidadania, na medida em que, tomando seus conteúdos e as capacidades que se propõe a desenvolver como produtos socioculturais, afirma como direito de todos o acesso a eles. Além disso, adota uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, a cooperação, a participação social e a afirmação de valores e princípios democráticos. O trabalho de educação física abre espaço para que se aprofundem discussões importantes sobre aspectos éticos e sociais, alguns dos quais merecem destaque.

Assim, os conteúdos da atualidade são bastante diversificados para atender a esses princípios e à cultura corporal de movimento. Um estudo realizado por Bracht (2010, p. 5) mostra como os conteúdos são selecionados e classificados em uma escola de Belo Horizonte, este quadro foi divulgado, segundo ele, por Silveira e Pinto (2001).

Quadro 1. Relação das práticas que compõem a cultura corporal de movimento e que foram selecionadas para conformar o conteúdo das aulas de Educação Física nas diferentes séries do Ensino Fundamental

JOGOS	DANÇA	ESPORTE	GINÁSTICA	LUTAS
Brincadeiras de rua Brinquedos e sucata Jogos de salão derivados dos esportes Jogos de raquete e/ou peteca Jogos internacionais	Cantigas de roda Dança regional, folclórica e internacional Dança de salão Expressão corporal	Futebol Voleibol Handebol Basquete	Ginástica de academia Atletismo Ginástica rítmica Ginástica olímpica Ginástica acrobática Ginástica de condicionamento	Judô Karatê Cabo de guerra Braço de ferro Capoeira (também abordada como jogo e dança)

Fonte: Silveira e Pinto (2001, p. 144).

⁴ Atividades: Atividades práticas, consideradas como atividade física, por exemplo, ginástica, futebol, handebol, danças, etc.

O quadro acima nos mostra uma classificação de conteúdos da Educação Física, onde classifica cada atividade com sua área de atuação, que por sua vez nos deu cinco classificações: Jogos, dança, esporte, ginástica e lutas.

A respeito dos jogos, Huizinga (1999, p. 33) ressalta que “Jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias”. Dessa maneira, podemos dizer que os jogos possuem regras bastante flexíveis, sendo que em muitas vezes estão sucintos a adaptações e modificações de acordo com o número de pessoas, espaços e recursos disponíveis. É pertinente salientar ainda que o jogo possui um espírito competitivo e dispõe de caráter recreativo, cooperativo e lúdico.

O jogo nas aulas de Educação Física permite ajudar:

a construir novas descobertas, desenvolve e enriquece a personalidade dos alunos e simboliza um instrumento pedagógico que leva o professor à condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem. Os jogos podem ser motivadores e por isto são um instrumento muito poderoso na estimulação da construção do raciocínio, o desafio proporciona ao aluno a busca de soluções ou de formas de adaptação a situações-problema (PENHA, 2012, p. 1).

Assim, os jogos se tornam um instrumento importante para que o profissional de Educação Física atuante em escolas que não dispõem de um espaço ou infraestrutura adequada possa trabalhar de maneira dinâmica, adaptando recursos com materiais do dia a dia, onde, ao construir essas brincadeiras, os alunos possam entender e assimilar os conteúdos teóricos na prática.

Com relação às danças no ensino da Educação Física, Alves (2013, p. 1) destaca que “a dança na escola busca a percepção do próprio corpo presente na corporeidade de professores e alunos”. Nessa perspectiva, vemos que a dança se faz necessária para que o aluno desenvolva o senso de percepção e conheça o próprio corpo.

De acordo com Piovezan (2014, p. 4):

A dança na escola oferece oportunidade aos alunos a uma diversificação de atividades que contemplam a pluralidade cultural, pois por meio dela podemos desenvolver diferentes movimentos corporais que permitem que os alunos reconheçam seu próprio corpo e desenvolvam capacidades criativas, sentimentos de coletividade, superação, valorização da ética, organização dos próprios conflitos internos e externos.

Vale ainda destacar que é por meio da dança que se permite ao aluno conhecer experiências de natureza sociocultural, e pode ser definida por meio de usos e costumes, tradições, entre outros fatores, pois a dança faz com que os discentes enxerguem o mundo com outros olhos. Vale ainda salientar que “A dança, nas mais diversas formas de manifestação, seja cultural ou social, é a forma de comunicação entre o corpo e o mundo, o eu e o outro, a mais pura forma de humanização” (PIOVEZAN, 2014, p. 4).

Dessa forma, a dança como uma forma de expressão da cultura de movimento exerce um papel importante no ensino da Educação Física escolar, onde irá colaborar não apenas no desenvolvimento da coordenação motora, elasticidade, etc., mas também no quesito sociocultural, promovendo a socialização entre culturas e etnias no meio escolar.

Sobre o esporte nas aulas de Educação Física, podemos afirmar que é uma das ferramentas de maior impacto, por estar inserido no nosso contexto social, é por meio dele que é promovida a socialização dos alunos, e o desenvolvimento das capacidades físicas e motoras. Neuenfeldt (1999, p. 240) ressalta que:

O esporte é um conteúdo da Educação Física escolar que não pode ser negado a nossos alunos, porque faz parte do nosso contexto social e por poder contribuir para o desenvolvimento do ser humano. No entanto, devemos refletir sobre como devemos trabalhar o esporte na escola, qual a sua contribuição, o que, através dele podemos oferecer para a educação de nossos alunos.

Dessa maneira, o esporte contribui e muito para as aulas de Educação Física, e o professor tem o poder de mediar a intensidade de cada esporte, podendo fazer adaptações nas regras dos esportes trabalhados, para que todos possam participar, quebrando o clima competitivo, e promovendo a socialização e divertimento aos alunos.

Eidelwein e Nunes (2010, p. 1) ressaltam que:

Falar de esporte é falar de algo muito maior do que competições. A importância que este tem dentro da sociedade em diversas áreas é imensa e vai muito além de uma olimpíada e atletas consagrados. É um importante veículo para educação, movimentação a economia, quebra barreiras geográficas e étnicas, torna corpo e mente mais saudáveis, e a maior relevância entre os povos: o respeito.

Assim, o esporte se torna um dos melhores conteúdos a ser ministrado nas aulas de Educação Física, pois pode proporcionar aos alunos diversas vantagens por meio de sua pluralidade de conteúdos (futebol, voleibol, handebol, basquetebol, etc.), desenvolvendo capacidades físicas variadas. Cada esporte tem sua singularidade, melhorando hábitos para uma vida mais saudável, entre outros motivos.

Já a respeito da ginástica, podemos dizer que também é um elemento de suma importância na grade de conteúdos que a Educação Física pode trabalhar, pois se torna um dos fatores-chave da cultura corporal de movimento, além de proporcionar diversas vantagens aos alunos praticantes.

Holanda (1986 *apud* VIEIRA, 2013) afirma que: “arte ou ato de exercitar o corpo para fortificá-lo, e dar-lhe agilidade; o conjunto de exercícios corporais sistematizados para esse fim, realizados no solo ou com auxílio de aparelhos e aplicados com objetivos educativos, competitivos, artísticos, terapêuticos, etc.”.

Além desses benefícios, a ginástica pode proporcionar ao aluno uma maior flexibilidade, resistência muscular, melhor capacidade de alongamento, força de explosão, estática e dinâmica, e melhor desenvolvimento na coordenação motora. Vale também ressaltar que:

o processo cognitivo é mais rápido e mais eficiente em indivíduos fisicamente ativos por mecanismos indiretos, como: diminuição da pressão arterial, diminuição nos níveis de colesterol (LDL) no plasma, diminuição dos níveis de triglicérides e inibição da agregação plaquetária (VIEIRA, 2013, p. 1).

De certa forma, a ginástica proporciona muitos benefícios aos alunos que a praticam. Isso é o que a faz tão especial e importante nas aulas de Educação Física, assim o professor pode utilizar variados meios para trabalhar com essa disciplina e suas ramificações (ginástica rítmica, ginástica olímpica, ginástica acrobática, etc.), pois ela se torna bem dinâmica e divertida de se trabalhar nas aulas de Educação Física.

Outra área de atuação que engloba conteúdos pertinentes à Educação Física são as lutas. A respeito do ensino de lutas nas aulas de Educação Física, podemos dizer que “essa descrição tem por objetivo acrescentar o que deve ser ressaltado em específico dessas práticas, como compreender o ato de lutar (por que lutar? Com quem lutar? Contra quem ou contra o que lutar?)” (PINTO, 2014, p. 2), indo de contrapartida ao senso comum de que as lutas são esportes

violentos e que não deveriam ser trabalhados nas aulas de Educação Física com crianças, como ainda ressalta Pinto (2014, p. 2):

compreender e vivenciar as situações em que será preciso utilizar as técnicas para resoluções de problemas em situações (técnica e tática individual aos fundamentos de ataque e defesa) e atividades que envolvam as lutas, dentro do contexto escolar e ter um convívio com situações que envolvam perceber, relacionar e desenvolver as capacidades físicas e habilidades físicas e motoras presentes nas lutas praticadas na atualidade (capoeira, caratê, judô, etc.), construção do gesto nas lutas.

Dessa forma, as lutas auxiliam e muito o professor de Educação Física, pois proporcionam ótimos instrumentos de auxílio pedagógico. Vale ainda ressaltar que as lutas contribuem para o desenvolvimento integral do educando, pois estão inseridas no contexto histórico, social e cultural do ser humano, haja vista que tiveram origem na pré-história como forma de sobrevivência. As lutas possuem a capacidade de desenvolver os comportamentos morais do aluno, além de ensinar princípios de honestidade, do autocontrole, lealdade, entre outros aspectos.

Lançanova (2007, p. 8) destaca que:

As lutas, como um ramo da Educação Física escolar, reúnem um conjunto de conhecimentos e oportunidades que contribuem para o desenvolvimento integral do educando. Se considerado o seu potencial pedagógico, é um instrumento de enorme valor, nas mãos do educador, por sua ação corporal exclusiva, sua natureza histórica, e o rico acervo cultural que traz dos seus povos de origem.

Dessa maneira, as lutas no ensino da Educação Física ajudam na educação das crianças e jovens, ensinando a respeitar regras, conviver com a derrota e a vitória, além de promover o bem-estar físico e o potencial individual, fazendo uma grande contribuição para o desenvolvimento integral dos alunos.

Metodologias, Práticas e Didática no Ensino da Educação Física

Considerando que a Educação Física é uma atividade que se manifesta no contexto social por práticas que interessam à grande maioria dos alunos no conjunto escolar, a mesma carga consigo uma responsabilidade de proporcionar o desenvolvimento integral do indivíduo através da cultura corporal de movimento.

Dessa maneira:

A Educação Física (EF) é uma área do conhecimento que está relacionada com a corporeidade, isto é, com o movimento humano. Nesse sentido, é concebida como um componente curricular responsável pela tematização da cultura corporal de movimento, que tem por objetivo potencializar o aluno para intervir de forma autônoma crítica e criativa nessa dimensão social (GONZÁLEZ; FRAGA, 2009, p. 3).

Levando em conta essa afirmação, as práticas da Educação Física Escolar devem ser realizadas valorizando o desenvolvimento integral do discente, sempre inovando, criando maneiras para que o conteúdo seja transmitido. Entretanto, nem todas as instituições escolares, principalmente as públicas, disponibilizam um espaço físico adequado e estrutura material para o desenvolvimento das aulas de Educação Física, acontecendo uma certa marginalização da disciplina.

Em um estudo realizado por Freitas (2014, p. 14), sobre a importância do espaço físico e materiais pedagógicos para as aulas de Educação Física na escola pública, ele aponta que “O espaço físico condiciona nossos gestos diários, habitua nossa visão, estimula elementos simbólicos e estabelece pontos de referência”. Partindo dessa afirmação, podemos destacar que se a instituição de ensino não ofertar um espaço apropriado, com áreas agradáveis, pode ocorrer que o aluno se desestimele, e faça com que ele possa não desenvolver relações equilibradas com o ambiente. Freitas (2014, p. 14) também afirma que: “essa deficiência de instalações apropriadas nas escolas pode ser um indício da pouca qualidade do espaço físico e das instalações para o ensino da Educação Física”, comprometendo assim a disciplina, não só na questão da valorização social dentro do ambiente escolar, tornando-a marginalizada, como também, resultar no desinteresse dos gestores em buscar condições adequadas para estruturação das instituições para a realização das aulas de Educação Física.

Em uma perspectiva escolar, a Educação Física assume um papel importante no processo educativo. Oliveira, Sartori e Laurindo (2014, p. 13) ressaltam que a Educação Física:

É o componente curricular obrigatório em todos os níveis da Educação Básica caracterizado pelo ensino de conceitos, princípios, valores, atitudes e conhecimentos sobre o movimento humano na sua complexidade, nas dimensões biodinâmica, comportamental e sociocultural. Essas dimensões constituem a base para uma nova compreensão sobre a abrangência e interfaces que fundamentam a Educação Física na escola, seja na perspectiva do movimento, inclusão, diversidade, cidadania, educação, lazer, esporte, saúde e qualidade de vida.

Dessa maneira, há uma necessidade, por parte dos professores, de refletirem e analisarem os problemas e buscar maneiras para desenvolver as regências superando as deficiências estruturais, como falta de equipamentos, e de espaço físico adequado, contribuindo para que a Educação Física cumpra seu papel como componente curricular.

O esporte adaptado pode ser realizado de forma integrada, onde os indivíduos com e sem deficiência praticam e competem juntos, ou de forma segregada, em que as pessoas com deficiência praticam e competem separadamente daqueles sem deficiência (GORGATTI, 2005, p. 496 *apud* GRUBANO, s.d.).

Diante dessa perspectiva, o esporte adaptado serve não só como solução para aulas onde as condições estruturais impedem a realização de práticas seguindo padrões oficiais, como também contribui para a inclusão social.

De acordo com Almeida (2009 *apud* FABIANI *et al.*, 2016, p. 7), no que se refere aos recursos didáticos para a realização das aulas de Educação Física, podemos afirmar que envolvem “uma série de materiais que contribuem para o desenvolvimento das atividades, gerando maior interesse e concentração do educando, estimulando a expressão, imaginação e criatividade”. Dessa forma, pode-se utilizar recursos da natureza e da comunidade, por exemplo: rios, trilhas, campos, praças públicas, ginásios, entre outros.

Sendo assim, podemos afirmar que o profissional de Educação Física deve atentar-se e adotar em sua metodologia práticas com as quais, mesmo sem recursos, possa proporcionar aos alunos o desempenho do conteúdo utilizando soluções naturais e da comunidade.

Material e métodos

Para a realização deste estudo e para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se métodos que podem ser definidos como uma pesquisa de caráter bibliográfico e de campo, onde foi feito um levantamento bibliográfico de ideias de diversos autores acerca do tema abordado, juntamente com observações nas aulas de Educação Física em três instituições distintas, sendo elas duas de Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio.

Inicialmente foi escolhido o tema, em seguida buscou-se o levantamento bibliográfico das obras que foram utilizadas para fundamentar o trabalho seguindo uma abordagem clara e científica, a transcrição para o corpo do trabalho foi feita através de citações e comentários e de acordo com a pesquisa em destaque. Os autores utilizados para a construção do presente trabalho estão listados no quadro abaixo:

Quadro 2. Autores utilizados para a realização da pesquisa

Autores	Ano
BETTI	1991 <i>apud</i> Lemos, 2009
BETTI	1991
RAMOS	1982
DARIDO E RANGEL	2005 <i>apud</i> Soares, 2012
SOARES	2012
MIQUELIN <i>ET AL.</i>	2015
BRACHT	2010
SILVEIRA E PINTO	2001
HUIZINGA	1999
PENHA	2012
ALVES	2013
PIOVEZAN	2014
NEUENFELDT	1999
EIDELWEIN E NUNES	2010
HOLANDA	1986 <i>apud</i> Vieira, 2013
VIEIRA	2013
PINTO	2014
LANÇANOVA	2007
GONZÁLEZ E FRAGA	2009
FREITAS	2014
OLIVEIRA, SARTORI E LAURINDO	2014
GORGATTI	2005 <i>apud</i> Grubano, s.d.
ALMEIDA	2009 <i>apud</i> Fabiani <i>et al.</i> , 2016

Fonte: Os autores.

Após o levantamento bibliográfico, foram visitadas algumas instituições da cidade, onde foi possível fazer observações práticas de como funcionam as aulas de Educação Física e como é a metodologia empregada nelas.

Quadro 3. Metodologia empregada em formato de aulas

Instituição	Aulas Práticas	Aulas Teóricas
E. M. Raimundo Nonato Cardoso	Sim	Sim
E. M. Arimateia Tito	Não	Sim
CEEPRU – Prof ^a M ^a de Jesus C. Rocha	Não	Sim

Fonte: Os autores.

A partir da observação das referidas instituições educacionais, foi observado que apenas uma das três escolas visitadas realizava aulas práticas com os alunos. Vale destacar que apenas a Escola Arimateia Tito não possuía espaço destinado a aulas práticas (campo, quadra etc.).

Quadro 4. Etapas da realização do trabalho

Ordem	Atividade
1º	Levantamento bibliográfico
2º	Observações no Campo da pesquisa
3º	Análise e discussões dos dados obtidos

Fonte: Os autores.

É de grande valia ressaltar que o presente trabalho pode ser classificado como uma pesquisa exploratória, visto que o desenvolvimento da atividade visa não só trazer uma explicação da importância de se criar novas metodologias no ensino da Educação Física Escolar em instituições que não dispõem de infraestrutura e materiais adequados, como também ir ao campo de pesquisa do tema para fazer uma análise e com base nisso buscar soluções.

Resultados e discussão

Podemos concluir que a Educação Física Escolar não está sendo tratada com muita importância por parte dos gestores educacionais, visto que a maioria das instituições não dispõe de materiais adequados, causando assim uma certa marginalização da disciplina.

Durante a pesquisa de campo foi constatado que algumas instituições, mesmo que limitadas, possuíam espaços destinados para as práticas, porém não havia recursos (bolas, redes, cones, etc.). Já em outras, não foram encontrados nem espaços destinados a práticas (quadra, campo, pátio), e nem materiais.

Quadro 5. Instituições que possuíam espaços específicos para práticas

Instituição	Havia espaço próprio?
E. M. Raimundo Nonato Cardoso	Sim
E. M. Arimateia Tito	Não
CEEPRU – Profª Mª de Jesus C. Rocha	Sim

Fonte: Os autores.

Nessas ocasiões cabe ao profissional de Educação Física desenvolver novas metodologias, podendo utilizar tanto aspectos e espaços naturais e da comunidade, como também materiais do dia a dia para a realização de suas práticas, adaptando brincadeiras pré-desportivas para trabalhar fundamentos de alguns esportes, fazendo com que a disciplina de Educação Física cumpra seu papel como componente curricular que vivencia na prática seus ensinamentos. Vale ressaltar que, em determinado momento da pesquisa, observou-se que em uma das aulas práticas os alunos foram levados a um espaço da comunidade para a realização de um jogo de futsal, sendo assim, o professor não deve ficar limitado apenas ao espaço que a instituição oferece.

Figura 1. Aula de futsal na quadra da comunidade



Fonte: Os autores.

Conclusão

Diante disso, podemos destacar que a pesquisa foi de suma relevância, pois fez com que os objetivos e questionamentos elencados fossem esclarecidos e alcançados.

Por meio desse trabalho foi possível contribuir para a atuação do profissional de Educação Física dentro das escolas que não dispõem de infraestrutura e/ou materiais adequados para realização de aulas práticas; sendo que para alcançá-lo verificou-se primeiramente quais as necessidades estruturais de algumas instituições; logo após procurou-se identificar quais possíveis atividades, recursos e brincadeiras poderiam ser adaptados e adequados para assimilação de alguns conteúdos práticos, por exemplo, o handebol com bolas de borracha, atletismo através de atividades com garrafas pet simulando cones, basquete com cesto de lixo, entre outras ideias. Por fim, foi feita uma investigação de quais metodologias utilizar durante a realização das práticas. Vale também salientar que esse resultado foi atingido por meio do confronto entre resultados das observações de campo e os referenciais estudados bibliograficamente.

Referências

- ALVES, Carla Cristiana. A prática de dança na educação física escolar: realidades e desafios. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, a. 18, n. 184, set. 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd184/a-danca-na-educacao-fisica-escolar.htm>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- BAZZANELLA, André *et al.* **Metodologia científica**. Indaial: UNIASSELVI, 2013. 206 p.
- BETTI, M. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.
- BEZERRA, Katharyne. **Origem da Educação Física Escolar**. Portal Estudo Kids. Disponível em: <https://www.estudokids.com.br/a-origem-da-educacao-fisica-escolar/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRACHT, Walter. A Educação Física no Ensino Fundamental. **Anais do...** I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7170-3-6-educacao-fisica-ensino-fundamental-walter-bracht/file>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Dispõe sobre a Reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei 705/69, de 25 de julho de 1969**. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. D.O.U. de 28.7.1969, 1969.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF 1997.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

EIDELWEIN, Benhur; NUNES, Márcio Siqueira. Esporte na Educação Física escolar e sua importância na sociabilização. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, a. 15, n. 147, ago. 2010.

FABIANI, Francieli *et al.* **Estrutura Física e Pedagógica da Educação Física Escolar**. Projeto de Aperfeiçoamento Teórico e Prático – Getúlio Vargas-RS – Brasil. p. 1-15. 2016. Disponível em: https://www.ideal.com.br/getulio/mic/restrito/upload/projeto/arquivo_130.doc. Acesso em: 20 abr. 2018.

FREITAS, Hebrayn Bezerra. **A importância do Espaço Físico e Materiais Pedagógicos para as aulas de Educação Física na Escola Pública do Município de Unaí–MG**. Universidade de Brasília. Buritins-MG. p. 1-36. 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9615/1/2014_HebraynBezerraFreitas.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.

GONZÁLEZ, F. J. Projeto Curricular em educação física: o esporte como conteúdo escolar. In: REZER, R. (Org.). **O fenômeno esportivo: ensaio crítico-reflexivo**. Chapecó: Argos, 2006. p. 69-109.

GONZÁLEZ, F. J.; FRAGA, A. B. Referencial Curricular de Educação Física. In: Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. (Org.). **Referências Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. 1. ed. Porto Alegre: SE/DP, 2009, v. 2, p. 112-181.

GRUBANO, Everson Cardoso. **O esporte adaptado como fator de inclusão social para pessoas com deficiência física.** UNESCO – Universidade do Extremo Sul Catarinense. p. 1-19. [s.d.]. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3075/1/Everson%20Cardoso%20Grubano.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

HUIZINGA, J. **O jogo como elemento da cultura.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

LANÇANOVA, J. E. S. **Lutas na educação física escolar: alternativas pedagógicas.** 2007. Disponível em: http://lutasescolar.vilabol.uol.com.br/lutas_na_educ_fis_escolar.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.

LEMOS, Fábio Ricardo Munzo. Educação Física escolar, ensino médio: entre a legislação e a ação. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, a.13, n. 130, mar. 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd130/educacao-fisica-escolar-entre-a-legislacao-e-a-acao.htm>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MIQUELIN, Eric Carvalho *et al.* A educação física e seus benefícios para alunos do Ensino Fundamental. Faculdade Integrado Inesul. **Revista Eletrônica S@ber**, v. 32, anais da XIII S'INESUL. 2015. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-id-vol_32_1421443852.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

NEUENFLEDT, Derli Juliano. **Esporte na Educação Física Escolar: possibilidades educacionais.** KINESIS. Santa Maria, n. 21, 233-246, 1999.

OLIVEIRA, Antonio Ricardo Catunda de; SARTORI, Sergio Kudsi; LAURINDO, Elisabete. **Recomendações para a Educação Física escolar.** Sistema CONFEF/CREFs. Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, 2014.

PALAFIX, Gabriel Humberto Muñoz *et al.* **Educação Física Escolar: conceito e fundamentos filosófico-pedagógicos para o PCTP/EF.** Universidade Federal de Uberlândia. Núcleo de Estudos em Planejamento e Metodologias do Ensino da Cultura Corporal – Nepecc/UFU. p. 1-16. Disponível em: http://www.nepecc.faei.ufu.br/PDF/321_conceito_ef.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.

PENHA, Joaquim Rangel Lucio da. **Os jogos nas aulas de educação física.** Pedagogia ao pé da letra. 2012. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/os-jogos-nas-aulas-de-educacao-fisica/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

PINTO, Vinícius Emanuel Leal. **O conteúdo Lutas nas aulas de educação física: contribuições e possibilidades.** In: VI Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte e X Congresso de Educação Física. Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí: Jataí-GO, 2014. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/6concoce/10conef/paper/viewFile/6079/3058>. Acesso em: 28 nov. 2018.

PIOVEZAN, Denides Romilda Amadei. **A dança na educação física escolar: uma experiência com a Abordagem Crítico-Superadora.** Universidade Estadual de Maringá. Goio Erê-PA. 2014. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_edfis_pdp_denides_romilda_amadei_piovezan.pdf >. Acesso em: 23 nov. 2018.

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

SILVEIRA, G. C. F.; PINTO, J. F. Educação Física na perspectiva da cultura corporal: uma proposta pedagógica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.22, n.3, p.137-150, 2001

SOARES, Everton Rocha. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, a. 17, n. 169, jun. 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-no-brasil-da-origem.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

TESTA, Wagner Luiz. Metodologias de Ensino em Educação Física. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, a. 16, n. 159, ago. 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd159/metodologias-de-ensino-em-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

VIEIRA, Martha Bezerra. **A importância da ginástica enquanto conteúdo da Educação Física escolar**. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd180/aimportancia-da-ginastica.htm>. Acesso em: 12 abr. 2017

Artigo recebido em 30/10/18. Aceito em 10/12/18.

A INCLUSÃO DE DEFICIENTES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

The inclusion of disabled people in school physical education

Adelir Greff¹

Gisele Vargas Teixeira¹

Luis sandro Lopes Rocha¹

Resumo: O trabalho apresentado busca analisar e expor sobre as conquistas e principalmente as dificuldades dos deficientes visuais enfrentadas na escola, como a inclusão destes alunos na Educação Física escolar, procurando mostrar todos os obstáculos vivenciados neste ambiente, o importante trabalho do professor nesta área, dando ênfase em todas as dificuldades por eles enfrentadas no dia a dia. E é principalmente nestes ambientes em que vivem que estes indivíduos aprenderão a ter noção para sua prática de vida. Assim, utilizamos assuntos como: incluir crianças com deficiência na Educação Física, para que se possa desenvolver melhores conhecimentos relativos à prática com deficientes visuais, abordando temas importantes, como a má preparação dos professores na prática da Educação Física infantil, muito comum na sociedade escolar nos dias atuais. Juntamente com esses temas citados, abordamos a precariedade do ambiente escolar para os alunos deficientes. Para tanto, se fez uso de pesquisas bibliográficas e documentais, e práticas simuladas que influenciam o modo da sociedade sobre o pensar e o saber.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Física. Necessidades especiais.

Abstract: The present work seeks to analyze and expose the achievements, and especially the difficulties of the visually impaired in the school, such as the inclusion of these students in the Physical Education school, trying to show all the obstacles experienced in this environment, the important work of the teacher in this area, giving emphasis on all the difficulties they face day by day, and it is mainly in these environments where they live, that these individuals will learn to have notion for their life practice. Thus, we use subjects such as: to include children with disabilities in Physical Education, so that better knowledge about the practice with the visually impaired can be developed, addressing important themes, about the poor preparation of teachers in the practice of Physical Education for children, very common in school society Nowadays, together with these themes, we address the precariousness of the school environment for disabled students. In order to do so, we will use bibliographical and documental research, and simulated that influence the way of society on thinking and knowing.

Keywords: Inclusion. Physical Education. Special Needs.

Introdução

Neste trabalho científico de prática documental e simulada do curso de Educação Física, faremos um aporte teórico sobre a inclusão de deficientes na área escolar, que tenha importância para o entendimento de alunos, professores, funcionários, a fim de que disponham do conhecimento sobre os deficientes e sobre o que propor para eles, bem como a extrema defesa dos direitos e deveres destes indivíduos.

Frisamos a importância das necessidades especiais, para que a sociedade tenha uma visão diferente da abordada nos dias de hoje, da realidade que esses alunos enfrentam nas instituições de ensino, da profundidade das reais situações que lhes são proporcionadas. Muitas vezes, o ambiente em sala de aula não é favorável, os métodos de ensino não são apropriados, juntamente com uma baixa preparação dos profissionais dessa área de ensino especializado, com a falta de inclusão e lugares adequados no ambiente escolar.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - no 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281 – Site: www.uniassearvi.com.br

Utilizamos uma atividade prática em sala de aula com os demais alunos, onde trabalhamos em um circuito de tato, cujos materiais usados foram grama, areia, pedra, folhas secas, lã, lixa áspera e água, com o tempo médio de 20 minutos de durabilidade, para fins de compreensão dos alunos que participaram desta atividade. O principal intuito foi o de trabalhar o tato, pesquisando as principais dificuldades encontradas pelos deficientes visuais no dia a dia.

Inclusão x Deficiência

Para realizar este trabalho fez-se a análise de como é a consciência da inclusão do deficiente perante a sociedade, no que diz respeito ao ambiente escolar, as dificuldades, atribuições de inclusão de deficientes e preparação dos profissionais na área. Visando a compreensão das dificuldades especiais encontradas nas instituições de ensino.

Metodologia

Neste trabalho foram desenvolvidas duas práticas: Prática Simulada e Prática Documental:

- a) Prática Simulada: a atividade é desenvolvida em forma de aula, tendo como principal característica a exploração dos sentidos, de tato e sensibilidade. É montado um caminho em linha reta, onde os alunos passam vendados, acompanhados de seu guia, com diferentes texturas, são elas: grama, areia, pedra, folhas, lã, lixa áspera e água.
- b) Práticas de Pesquisa Documental: este trabalho é de cunho documental, tendo como base estudos de livros e artigos da internet para a realização do aporte teórico.

Discussão

O presente estudo, que aborda a prática pedagógica da Educação Física (EF) na escola, sobre a inclusão, tem a compreensão e a necessidade de investigar o processo de inclusão sobre a ação pedagógica. A Educação Física é a disciplina curricular obrigatória no Ensino Fundamental (BRASIL, 1996).

Pode-se dizer que a Educação Física, nos dias atuais, está desenvolvendo uma abrangência maior no âmbito da educação de deficientes especiais. Quando se fala em pessoas com deficiência e seu direito à educação, surge de imediato a noção de que estamos falando de educação especial de uma forma diferente, pois as pessoas estão acostumadas a se referir de tal forma no que diz respeito a ensino especial. Entretanto, esse costume de associar pessoas com deficiência a um ensino diferenciado está muito presente em nossa realidade escolar (WINNICK, 2004).

Quando se fala em educação inclusiva, as crianças deficientes têm por direito o acesso à sala de aula, garantindo assim o acesso a esse direito humano, comum e fundamental. Além de requisitos, objetivos e garantia para uma educação em geral, nossa Constituição garante por lei um atendimento especializado aos deficientes, podendo ser o principal instrumento que leva à concretização do direito à educação. Cada vez mais fica clara a consciência de que os alunos DF não são apenas titulares do direito a uma educação “especial”. Para tanto, as dificuldades devem ser superadas, assim a criança deficiente não fique desestabilizada em relação ao desenvolvimento de sua geração, em respeito ao seu direito à igualdade, à cidadania e à dignidade (MANTOAN; BATISTA, 2005, p. 14).

Enfatizamos que não é o único direito das pessoas com deficiência, mesmo as que têm graves limitações, todas elas têm direito à educação, que compreende o acesso e a permanência

no ambiente escolar, não separadas por grupos, como acontece em nossa realidade escolar, assim trabalhando-se o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Deve ser oferecida em sala de aula frequentada pelos demais alunos, com a presença de intérprete de línguas de sinais, uso de computadores com teclado adaptado ou sistemas de voz). Tentando ao máximo habituar as crianças com qualquer tipo de deficiência no mesmo ambiente escolar que as demais (MONTEIRO, 2005).

Segundo Winnick (2004), “o termo inclusão designa a educação de alunos portadores de deficiências num ambiente educacional regular”. Sendo assim, a escola tem um papel fundamental, que é assumir de forma responsável a educação de alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE), para que eles tenham acesso garantido a tudo aquilo que é necessário para seu bom desenvolvimento junto às crianças ditas “normais”.

A Educação Física é um grande potencializador em relação à inclusão, podendo causar mudanças positivas nos aspectos do desenvolvimento social e cultural. O que devemos alcançar com a EF é adaptar as atividades aos alunos, e não o aluno à atividade, para que sejam participativos e, com isso, desenvolvam as suas potencialidades, através de um trabalho psicomotor, elevar sua autoestima e fazê-los perceber que o fato de terem uma deficiência não o impedem de participar e interagir na Educação Física escolar com as demais crianças (PCN, 2000).

Conforme os Parâmetros Curriculares (PCN, 1999, p. 18):

Elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos, desde a concepção dos objetivos; reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola; sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos, adotar metodologias diversas e motivadoras, avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipatória, em função do seu progresso e do que poderão vir a conquistar.

A Educação Física tem quebrado a visão antiga de ser uma disciplina que excluía os menos habilidosos, rompendo preconceitos e reafirmando que todos têm capacidade de trabalhar dentro de suas limitações, abordando a concepção de que todos são capazes, e como consequência disto, exigir maior busca de informação, conhecimento por parte dos professores e princípios, como: celebração das diferenças, direito a pertencer, solidariedade, a valorização da diversidade, a igualdade das minorias e a cidadania, para que tenhamos uma sociedade realmente construída para todos. Assim, a Educação Física deve ser um dos caminhos principais para que isso aconteça através dos aspectos que ela envolve, e como mostra a Carta Internacional de Educação Física e Desportos (1978 *apud* ARAÚJO, 1999, p. 16):

A Educação Física e o Desporto, dimensões essenciais da Educação e da Cultura, devem desenvolver em todo ser humano as aptidões, a vontade própria e favorecer sua plena integração dentro da sociedade. A continuidade da atividade física e da prática dos desportos deve ser assegurada durante a vida, mediante uma educação global, permanente e democratizada.

É dentro das atividades de EF que o indivíduo, tendo convívio com outras pessoas e realizando junto as atividades, está percebendo a si mesmo, o seu desenvolvimento e, principalmente, se sentindo parte do grupo. É muito importante estar atento ao ambiente construído durante a aula, pois está diretamente ligado no processo de desenvolvimento. Desta forma, tanto o papel da escola como o da EF é o de introduzir o aluno PNEE em contato direto na vida social, com igualdade de direitos (OLIVEIRA, 2002).

A Educação Física é um facilitador para um campo de estimulação, procurando enfatizar esses déficits, de forma que esses alunos possam adquirir mais autoconfiança, através do conhe-

cimento de seu próprio corpo. Para essas crianças é necessário que se desenvolva uma prática educacional mais específica, no sentido de ampliar as suas capacidades. Para cada deficiência é enfatizado um tipo de cuidado no trabalho educativo. O jogo é uma das principais funções na estrutura das relações humanas dos deficientes, ou seja, levar os alunos através dessas relações a desenvolver o respeito às regras, prazer, liberdade, cooperação, ordenação, limites espaço-temporais. Segundo Jimenez (1998, p. 184), os jogos trazem algumas atitudes para crianças portadoras de necessidades especiais, como:

- Participação em diferentes tipos de jogos considerando seu valor funcional ou recreativo, superando os estereótipos;
- Sensibilidade ante os diferentes níveis de destreza, tanto própria como nos outros, na prática dos jogos;
- Valorização das possibilidades como equipe e da participação de cada um de seus membros com independência do resultado obtido;
- Aceitação do desafio que supõe se opor a outros em situações de jogo sem que ele derive em atitudes de rivalidade.
- A valorização e a participação nos jogos são de grande importância para essas crianças, pois fazem com que elas também desenvolvam as suas atitudes, o que acaba gerando uma superação.

Para demonstrar a importância na modificação do ambiente escolar, a fim de que o deficiente tenha um melhor e mais proveitoso aprendizado, a Educação Física tem um papel importante e fundamental. Podemos exemplificar com a atividade prática que realizamos em sala de aula com os demais colegas, um circuito, onde foi exposto um caminho reto, com o principal objetivo de trabalhar o tato com os pés, aguçando a audição e a percepção através de materiais do nosso cotidiano, como: grama, areia, pedra, folhas, lã, lixa áspera e água, com tempo médio de 20 minutos. Pode-se dizer que essas atividades práticas são importantes no contexto de aprendizagem do deficiente visual.

Demonstrar a má preparação dos professores na prática da educação física infantil

A aprendizagem é importante na vida do ser humano, ela deve ser construída e aperfeiçoada por profissionais qualificados e capacitados, sendo capazes de passar a seus aprendizes com sua competência e melhores habilidades para uma digna formação. Abordamos assim a questão do despreparo dos profissionais de EF na formação escolar, dando maior enfoque para as dificuldades dos alunos através desse despreparo por parte desses profissionais (BRANDÃO, 1995).

O professor, no cenário escolar, tem um papel importantíssimo como protagonista, como sujeito da pesquisa. Considerando a abrangência da profissão docente, é fundamental quando direcionamos um olhar para a escola e seu cotidiano pedagógico com o objetivo de se ter uma compreensão e complexidade do processo educacional. Isso confere um caráter transitório à pesquisa, e na área da educação, há alguns anos vem se demonstrando, de modo consensual, a busca por profissionais qualificados. Segundo Ghedin e Franco (2008, p. 60):

Sua pessoa, sua fala, sua interpretação do vivido, suas representações, seu olhar, a dimensão de suas necessidades e expectativas trazem um novo panorama: o professor como pessoa, como profissional, como construtor de inteligibilidade, como ser reflexivo, como alguém que pensa, decide, se angustia.

Consideramos que nos dias atuais, dentro do ambiente de ensino na escola, encontramos problemas relacionados à má formação dos profissionais de educação. Levando-se em conta

que a instrução do aluno é de extrema importância, neste sentido ressaltamos que o profissional, perante a dura realidade do sistema educacional nos dias atuais, tem que se moldar conforme a prática de ensino. A educação está fundamentada e respaldada nos pilares educacionais preconizados por Delors (1998), que traça os quatro pilares formadores e sustentadores da prática educativa do professor e aprendizagem do educando:

- **Aprender a conhecer:** aprendizagem dos saberes científicos e culturais que ajudam a distinguir o que é real e o que é ilusório e ter assim acesso inteligente aos saberes de nossa época. Neste contexto, o espírito científico como aquisição da aventura humana é indispensável. Aprender a conhecer também significa ser capaz de estabelecer pontes entre os diferentes saberes, entre esses saberes e seus significados para nossa vida cotidiana.
- **Aprender a fazer:** ação sobre o meio envolvente, um aprendizado da criatividade, mostrando nossas potencialidades para de fato participar e ser parceiro na prática pedagógica do professor.
- **Aprender a viver juntos:** Respeito às normas que regem as legislações dos seres que compõem uma coletividade, segundo o expresso no relatório da Unesco.
- **Aprender a ser:** o ser humano integral é aquele que já tem consciência da responsabilidade como dever e da liberdade como direito. Tem consciência de sua utilidade individual e social, age e interage com base não só no conhecimento, mas também no autoconhecimento.

Dessa forma, abordando a realidade da EF e do esporte na escola, é possível visualizar que o ambiente pedagógico é multidirecionado, assim sua percepção e formas de interpretação têm diferentes ângulos, sob diferentes olhares (CUNHA, 1995).

Quase sempre, aquilo que é feito (teoria), além de não contribuir para a melhoria do cotidiano do ambiente escolar, também não leva em conta a resposta (prática). Portanto, se ignora as necessidades enfrentadas pelos profissionais de ensino, como as do processo de aprendizagem pedagógico (RESENDE, 1994).

Concordamos com Resende (1994, p. 72):

A nossa produção acadêmica, para ter um sentido crítico e emancipador, terá que se justificar com base na realidade concreta enfrentada pelo profissional de Educação Física para que, dialeticamente, produza intervenções superadoras e qualitativas no âmbito da prática pedagógica.

Temos consciência de que o professor tem um papel importantíssimo em nossas vidas, principalmente quando se trata de deficiente (inclusão), por isso é necessário, para a formação destes professores, o contato no contexto escolar desde o início da graduação, principalmente quando se trata de Educação Física, tendo assim uma experiência maior com a nossa crítica realidade e, desse modo, um maior conhecimento, comprometimento e afetividade com seus alunos, contribuindo para a melhoria do desenvolvimento de cada aluno e do ambiente escolar. Podemos entender que o processo educativo passa pela casa, pela rua, pela igreja e, principalmente, pela escola. Todos têm envolvimento em suas vidas com ele, para aprender, para ensinar, para aprender a ensinar, para fazer ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Para que o processo aconteça na prática e saia da teoria, todos devem cumprir seus papéis, nesse sentido, a escola é mais importante (BRANDÃO, 1995).

A esse respeito, enfatiza Costa (2011, p. 73):

A escola é uma instituição social com o objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimento, habilidades, procedimentos, atitudes e valores), que, aliás,

deve acontecer de maneira contextualizada, desenvolvendo nos discentes a capacidade de se tornarem cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

O professor é o principal estimulador, ele tem a responsabilidade de promover para seus alunos um ensino de qualidade, conduzir aulas de maneira dinâmica, facilitando a aprendizagem, de uma maneira prazerosa, incentivar o poder de argumentação interativa e questionadora, ter responsabilidades nas atividades propostas e na didática, ser eficiente e eficaz na disciplina que ministra, mostrar domínio do conteúdo apresentado, ter uma formação plena, que possa, de tal maneira, levar o melhor do conhecimento para seus alunos (FREITAS, 2011).

A formação do professor de Educação Física vai além do domínio exclusivo de técnicas corporais ou de táticas esportivas. Para gerir os dilemas cotidianos, o professor necessitará de saberes que se constituirão tanto por meio de sua experiência pessoal, como pela sua preparação pedagógica. É nessa formação que a prática de ensino sob a forma de Estágio Curricular Supervisionado deverá contribuir. Para tanto, seria importante um aumento na carga horária para o desenvolvimento das atividades, estabelecendo um contato maior e um vínculo mais refletido e compromissado com a escola. (VEIGA; D'ÁVILA, 2008).

Infelizmente, a nossa realidade escolar acaba contradizendo e quebrando esse tão sonhado desejo na teoria de uma escola recíproca de inclusão, pois existem diversos professores que não apresentam mínimas condições de ministrar uma aula. O que é abordado na educação atual, na maioria dos casos, é realmente o despreparo desses profissionais que irão formar esses indivíduos, principalmente na sala de aula, e o único que será prejudicado no processo ensino-aprendizagem é o aluno. Esse despreparo do professor resulta diretamente em sérias dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos (LIBÂNEO, 2005).

Segundo Eduardo de Freitas (2011), da equipe Brasil Escola:

a Unesco realizou uma pesquisa com a finalidade de traçar o perfil do professor brasileiro das escolas públicas e privadas, de todo o país, revelando que 1.600 profissionais da educação são pobres no quesito de construção da própria formação”. E acrescenta: “o que conduz a tal situação são baixos salários, que impedem o professor de ter acesso a todas as novas tecnologias e às várias formas de cultura”. Nesse sentido, a pesquisa revelou que 45% dos professores entrevistados nunca tiveram a oportunidade de conhecer um museu ou foram somente uma vez, 40% nunca assistiram a uma peça teatral, 25% jamais foram ao cinema e, por fim, em plena revolução técnico-científica-informacional, aproximadamente 60% dos professores não têm acesso à internet e não possuem correio eletrônico.

O professor precisa entender que ele é um dos sujeitos mais importantes durante a construção da aprendizagem, é fundamental que procure qualificar-se para que possa dar o melhor suporte do conhecimento e esteja comprometido diretamente com a educação (FREITAS, 2011).

Segundo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova:

todos os professores, de todos os graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico conjuntamente nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades (MANIFESTO *apud* GHIRALDELLI JÚNIOR, 1990, p.54).

Infelizmente, vivemos em um país crítico em relação à educação e que apresenta um conjunto de professores mal preparados. Muitos deles não têm a formação necessária e atuam de maneira totalmente errada. Alguns se formam para a área que realmente lhes dê possibilidade de lecionar nas escolas, mas outros fazem cursos totalmente diferentes e estão ensinando livremente

sem nenhuma intervenção. O professor é um ser imprescindível no ato de educar. Transforma as informações em conhecimento, abre caminhos para novos saberes e faz do homem um ser de consciência crítica, um herói e construtor da sua própria história (FREITAS, 2011)

Expor a precariedade do ambiente escolar para o suporte da deficiência visual

A deficiência visual é classificada em cegueira e baixa visão, de acordo com as definições médicas e educacionais. Do ponto de vista clínico médico, são consideradas pessoas cegas as que apresentam “[...] acuidade visual igual ou menor que 0,05 no menor olho, após a máxima correção óptica” (BRASIL, 2004, s.p.). A baixa visão é definida de acordo com a “[...] acuidade visual de 0,3 a 0,5, no menor olho, com a melhor correção óptica” (BRASIL, 2004, s.p.). Alguns autores compreendem que as definições de cegueira e baixa visão baseadas na acuidade visual, pois o que para eles interessa é a funcionalidade desta visão, capacidade que cada deficiente visual possui para a utilização da visão da sua melhor forma.

Como cita Amiralian (1997, p. 31):

[...] foi observado que sujeitos cegos, com idêntica acuidade visual, possuíam eficiência visual diversa, ou seja, sujeitos com a mesma medida oftalmológica de visão apresentavam diferenças na utilização do resíduo visual. Essa constatação tornou necessária uma concepção educacional de cegueira, que se caracterizou prioritariamente pela ênfase dada na eficiência visual e não na acuidade.

Para Carlo (2001), qualquer pessoa que pretenda analisar um deficiente visual deve descobrir as particularidades das diferentes variações de seu desenvolvimento. Ao invés de dar uma definição crítica geral para deficiência, é preciso propor como a pessoa enfrenta sua condição de deficiência, de que forma se manifesta e por qual via deve avançar a escola e os programas terapêuticos para vencer as consequências da deficiência. Visamos que as pessoas deficientes visuais serão beneficiadas de propostas escolares pedagógicas condizentes com as necessidades especiais em particular, e diante disso darão passos para um desenvolvimento de grandes potencialidades que, muitas vezes, ficam camufladas pelas dificuldades de ações pedagógicas e terapêuticas comparativas.

A escola e sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que reforça os pontos fortes, reconhece as dificuldades e se adapta às peculiaridades de cada aluno (MANTOAN; BATISTA, 2005, p. 15).

As primeiras instituições educacionais para alunos com deficiência visual surgiram na segunda metade do século XVIII, em Paris, voltadas exclusivamente para crianças cegas e surdas em regime de internato. Essas foram a Escola do abade Charles-Michel de L'Épée e a escola para cegos fundada por Valentim Haiüy, posteriormente transformada no Instituto de Jovens Cegos de Paris (LAURENT, 1997).

Segundo as informações expostas, infelizmente muito do que se vê no papel e nas leis não é abordado na realidade, vivemos em um país onde o processo da diversidade cultural é muito vasto, e a cada dia se molda. Assim, não é diferente quando falamos nos espaços escolares para o auxílio de deficientes visuais, infelizmente temos um grande retrocesso nessa parte em desenvolvimento (AMIRALIAN, 1997).

Vimos que a configuração do espaço físico não é percebida de forma imediata por alunos cegos, assim como acontece com os que enxergam. Por isso, é necessário possibilitar o conhecimento e o reconhecimento do espaço físico e da disposição do mobiliário. Essas informações

serão processuais e analíticas, através da exploração do espaço concreto da sala de aula e do trajeto rotineiro dos alunos, como a entrada da escola, pátio, cantina, banheiros, biblioteca, secretaria, sala dos professores e da diretoria, escadas, obstáculos. Para evitar acidentes e imprevistos, deve-se deixar as portas totalmente abertas ou fechadas, e nunca entreabertas. O mobiliário deve ser estável e qualquer alteração deve ser avisada. Podemos reservar um espaço na sala de aula com materiais adequados para a disposição desses alunos, onde os professores devem incumbir-se da ordem e organização do material para assimilar pontos de referência úteis para eles, essas barreiras expostas devem ser superadas pelos profissionais da área de ensino, para que os alunos tenham as mínimas condições de aprendizagem (COSTA, 2011).

Como nos adverte Carvalho (2006, p. 128):

Independentemente do lócus das barreiras, elas devem ser identificadas para serem enfrentadas, não como obstáculos intransponíveis e sim como desafios aos quais nos lançamos com firmeza, com brandura e muita determinação.

As escolas deveriam ter rampas de acesso, e esta rampa ter corrimão, mas não é a realidade da maioria das escolas. As salas de aula apresentam desníveis para o corredor. Os banheiros não são adaptados, o estacionamento não é específico para carros, logo, não há vagas preferenciais. Não há placas em braile, pisos de orientação, quinas arredondadas, e brinquedos específicos para os alunos de inclusão. Nos corredores, espaços ao ar livre e salas de aula, não há faixas indicativas ou orientações sobre acessibilidade. Para atender aos alunos com necessidades, precisa-se fazer grandes modificações, que têm alto custo para a escola, isso impede que esses projetos sejam concluídos, por questão financeira. Algo que poderia ser utilizado é a horta suspensa e brinquedo inclusivo na pracinha, os quais poderiam auxiliar no maior envolvimento de todos. Auxiliando os alunos de inclusão a se sentirem mais seguros e confiantes no espaço que ocupam (CARVALHO, 2006).

De acordo com o documento Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 11):

O sucesso das escolas inclusivas que favorecem um ambiente propício à igualdade de oportunidades e à plena participação depende de um esforço concentrado, não só dos professores e do pessoal escolar, mas também dos alunos, pais e voluntários. A reforma das instituições sociais não é, somente, uma tarefa de ordem profissional; depende, acima de tudo, da convicção, empenho e **boa vontade** (grifo meu) dos indivíduos que constituem a sociedade.

Certamente, reconhecemos que o espaço escolar de hoje em dia não é um dos melhores para o devido acolhimento de deficientes físicos, não está devidamente preparado para o atendimento destes alunos, assim como também temos a clareza da complexidade deste processo. Acreditamos que é a pressão involuntária, subposta da presença destas pessoas no ambiente escolar que acabará quebrando essa invisibilidade. Mesmo que estejamos a passos lentos, devagar estamos removendo as barreiras para aprendizagem e, conseqüentemente, possibilitando aos alunos com deficiência, do melhor jeito possível, uma digna acessibilidade ao mundo do trabalho e social (CECCON, 1993).

Considerações finais

A inclusão no Brasil ainda é um assunto muito delicado, pois não existem estruturas adequadas, profissionais especializados para cada tipo de deficiência, muitas instituições não têm ou não recebem verba adequada para determinadas adaptações, não oferecem curso de especialização para professores e capacitações para estes profissionais do ambiente escolar.

Deste modo, a cultura de inclusão está ultrapassada em relação ao que há de melhor para se tratar das especialidades na área da educação especial. Contudo, podemos concluir, quando se fala sobre inclusão de alunos com deficiências nas redes de ensino, que há pouco conhecimento por parte daqueles profissionais que ali trabalham, prejudicando e atrasando o desenvolvimento desses alunos que, de certo modo, já têm uma dificuldade a mais no seu aprendizado, e isso contribui para que eles não sejam incluídos de forma correta no cotidiano escolar.

Outro fator predominante para que se aborde com importância os assuntos relevantes às carências especiais é a má preparação dos profissionais que são incumbidos de dar progresso ao que se chama “aprendizagem” para esses alunos. Infelizmente, presenciamos um governo em que não se dá importância para a educação, principalmente no enfoque da inclusão, não disponibilizando verbas adequadas e fiscalização para fazer cumprir o que está na lei. Afinal, o que citamos é garantido por lei para suprir as necessidades especiais, com isso as escolas também têm o dever de cobrar destes órgãos governamentais o que é dos alunos por direito.

Quando a lei será cumprida de forma correta, para que se possa ajudar a dar as mínimas condições possíveis de ensino e qualidade de aprendizado às crianças com necessidades especiais?!

Pensando no conceito da inclusão do deficiente visual, decidimos montar uma atividade que colocasse nossos colegas a terem um mínimo de experiência, do que o deficiente visual passa no seu dia a dia, fazendo trabalhar o tato com os pés, identificando no que estavam pisando. Sentindo assim a dificuldade e um pouco dos obstáculos que esses deficientes passam em sua vida cotidiana, fazendo com isso pensarmos em ser solidário, ajudar o próximo, principalmente os deficientes, e também lutar por eles, para que sejam lembrados e tenham suporte, seja onde for, na rua, na escola, no trabalho, em locais públicos. Diante do exposto, podemos frisar que os colegas participantes da atividade tiveram seus sentidos alterados, devido ao fato de estarem vendados, assim, tiveram que aprimorar outros sentidos além da visão para que pudessem cumprir a atividade. Observamos então que o tato é fundamental para a acessibilidade na vivência prática do dia a dia do deficiente visual.

Referências

_____. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

ATALIBA, Geraldo. **República e Constituição**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

ARAÚJO, P. F. **A Educação Física para pessoas portadoras de deficiências nas instituições especializadas de Campinas**. São Paulo: Unicamp, 1999.

AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. **Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-histórias**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Que é Educação*. (33ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física**. 2. ed. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares, estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.**

Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislação/decreto>. Acesso em: 23 out. 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 6. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

CECCON, V. Escola da Vida e Vida na Escola. Petrópolis, Ed. vozes, 1993.

COSTA, Vera Lucia Pereira. **Função social da escola.** 2011. Disponível em: www.drearaguaina.com.br/projetos/funcao_social_escola.pdf. Acesso em: 23 mar. 2011.

CARLO, Marysia Rodrigues do Prado. **Se essa casa fosse nossa: instituições e processos de imaginação na educação especial.** São Paulo: Plexus Editora, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CUNHA, M. I.; LEITE, D. B. C. Estrutura social, profissionalização e formação docente. Cadernos de Educação, Pelotas, RS, v. 4, n. 5, 1995.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez, 1998.

FREITAS, Eduardo. **Professores bem remunerados apresentam resultados positivos para a educação.** Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/orientacoes/a-qualidade-professor-brasileiro.htm>. Acesso em: 20 abr. 2011.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de la investigación cualitativa.** Archidona: Aljibe, 1996.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria A. S. **Questões de método na construção de pesquisa em educação.** São Paulo: Cortez, 2008.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

JIMÉNEZ, J. **Psicomotricidad y Educación Física: 184 Sesiones Prácticas para Educación Especial Infantil y Primaria.** Madrid: Ed. Visor, 1998.

KASSAR, M. C. M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala? In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 49-68.

LAURENT, Lise Saint. A Educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **A Integração da Pessoa com Deficiência: Colaborações para uma Reflexão sobre o Tema.** São Paulo: Memnon, 1997. p. 67-76.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. & TOSCHI M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 2a ed. São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção Docência em Formação).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação escolar: atendimento educacional especializado para deficiência mental**. Brasília: MEC/ Seesp, 2005.

MONTEIRO, Agostinho. **Saberes e Práticas da inclusão: Introdução**. Brasília: MEC, SE-ESP, 2005.

OLIVEIRA, F. F. Dialogando sobre educação, Educação Física e inclusão escolar. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Bueno Aires, n. 51, 2002. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd51/educa.htm>. Acesso em: 20 abr. 2011.

REIS. **O direito à educação**. Lisboa: Livros Horizontes, 1999.

RESENDE, H. G. Tendências pedagógicas da Educação Física escolar. *In*: RESENDE, H. G.; VOTRE, S. **Ensaio sobre educação física, esporte e lazer**. Rio de Janeiro: SBDEF, 1994.

UNESCO – Declaração de Salamanca. **Sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha: [s.n.], 1994. Disponível em: http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf. Acesso em: 8 abr. 2011.

VEIGA, I.P.A., D'AVILA. C.M.(orgs.). **Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

WERNECK, Cláudia. **Sociedade inclusiva – Quem cabe no seu todos?** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WINNICK, J. P. **Educação Física e esportes adaptados**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.

Artigo recebido em 30/10/18. Aceito em 10/12/18.

COMUNIDADE ESCOLAR E A POLÍTICA DE INCLUSÃO

School community and policy inclusion

Adelir Analice Natalli Greff¹

Simoni Ivani Batista¹

Virginia Lane Silveira da Costa¹

Resumo: O presente trabalho foi elaborado na forma de pesquisa documental e bibliográfica, através de livros e pesquisas na internet. Nossa pesquisa abordará a questão da inclusão e comunidade escolar, porque quando nos perguntamos sobre a educação inclusiva, surgem muitas dúvidas e preocupações para todos: como começou, que leis sustentam, quais os protagonistas e como devem atuar. Objetivamos com este artigo mostrar como as instituições garantem a entrada e permanência dos portadores de necessidades especiais, e sinalizar os problemas que podem surgir, por exemplo: escolas sem estruturas ideais para atendimento. Como os profissionais se preparam para lidar com portadores de necessidades especiais. Uma pesquisa concisa sobre o papel do Estado, com destaque ao papel da Secretaria do Estado da Educação e políticas públicas, mostrando a busca de novos caminhos para a superação de algumas barreiras presentes no meio social que dificultam os grupos excluídos do acesso. Mostrar como o termo Inclusão pode ser amplo, e como pode contemplar a maioria dos alunos. Chegou-se ao pensamento de que o propósito não esteja baseado somente em leis, mas também em fatos e caminhos que levem ao entendimento da diferença, acompanhado do compromisso de todos os que estejam diretamente envolvidos na Inclusão, mostrando o quão importante se torna a inclusão na vida de um indivíduo com necessidades especiais.

Palavras-chave: Comunidade escolar. Política de inclusão. Família.

Abstract: The present work was elaborated in the form of documentary and bibliographical research, through books and researches in the internet. Our research will address the issue of inclusion and school community, because when we ask about inclusive education there are many questions and concerns for all, how it started, what laws support, what the protagonists are and how they should act. The objective of this article is to show how institutions guarantee the entry and permanence of people with special needs, and to indicate the problems that may arise, such as: schools without adequate structures for care. How professionals prepare to deal with people with special needs. A concise research on the role of the State, highlighting the role of the State Secretariat for Education and public policies, showing the search for new ways to overcome some of the barriers in the social environment that hinder groups excluded from access. Show how the term Inclusion can be broad, and how it can contemplate the majority of students. It has been thought that the purpose is not only based on laws, but also on facts and paths leading to the understanding of difference, accompanied by the commitment of all those directly involved in Inclusion, showing how important inclusion becomes in the life of an individual with special needs.

Keywords: School community. Inclusion policy. Family.

Introdução

Fizemos uso de uma metodologia aplicada onde objetivamos gerar mais conhecimento sobre a inclusão e para que sua aplicação no dia a dia se torne mais amena, de uma forma que descreva as dificuldades e explore formas para que se cometam menos erros na aplicação, usando uma pesquisa bibliográfica através de livros e internet.

Abordaremos neste artigo algumas das leis que marcaram a história da educação com relação à inclusão, destacando sua importância e os benefícios para as pessoas com algum tipo de deficiência, o papel do Estado no desenvolvimento social, institucional e de gestão, e como a comunidade escolar – escola, professores e funcionários – contribui para desenvolver estratégias pedagógicas visando o desenvolvimento da criança.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - no 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281 – Site: www.uniasselvi.com.br

Sabendo da importância da comunidade escolar na questão da inclusão, pretendemos com este artigo também destacar a relevância que a criação das leis trouxe no decorrer da história. O Estado se torna responsável, mas não sabemos quando e nem em que âmbito, então escolhemos esse tópico para esclarecer e nos deixar a par de todas as suas responsabilidades.

Abordaremos na primeira parte desse artigo os marcos legais, políticos, pedagógicos dentro das leis. A seguir, falaremos sobre todas as obrigações e amparos que o Estado deve dar na educação e as mudanças com relação aos direitos da pessoas com necessidades especiais. Na sequência, abordaremos uma parte bem relevante na inclusão, que são os atores principais e atuantes na caminhada da inclusão, ou seja, escola, professores, família e a comunidade. Finalmente, apresentaremos as considerações finais.

Relevância das leis na Educação Inclusiva

Para Mantoan (2004), mesmo com a aprovação de leis é preciso ampliar sempre mais a concepção de educação especial, de direito educacional e de inclusão escolar que temos, pois esta está ligada à concepção que temos de homem, de sociedade e de educação, não se tratando a posteriori apenas de aumentar o número de matrículas, escolas ou de salas inclusivas, mas de educar pessoas (BRASIL, 1988, p.4418).

Em 1990 a **Declaração de Jomtien** diz que a educação é um direito incondicional de todos, indiferentemente de sexo, raça ou idade, no mundo inteiro (TORRES, 2001).

[...] a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional; Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social (UNESCO, 1990, p. 3-4).

Em 1990, o **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº 8.069/90 determina que “os pais ou responsáveis têm como dever matricular seus filhos e qualquer indivíduo que esteja sob sua responsabilidade legal na rede regular de ensino” (ECA, 1990).

Art. 4º – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, s.p.).

Em 1994, a **Declaração de Salamanca** enfatizava a garantia da inclusão, por meio do acesso de pessoas com necessidades educativas especiais, no ambiente escolar comum, atendendo à diversidade, seja ela racial, cultural, de gênero, entre outros (BRASIL, 2006).

Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma; estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais; invistam maiores esforços em estratégias de identificação em intervenções precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva (BRASIL, 1994, s.p.).

Em 1994, a **Política Nacional de Educação Especial** ressalta que existem aqueles que têm mais capacidade e aqueles que têm menos capacidade; aprendem devagar ou com mais facilidade, mas sempre podem e têm capacidade de aprender (SAVIANI, 2003).

Em movimento contrário ao da inclusão de marcar retrocesso das políticas públicas, ao orientar o processo de integração instrucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular daqueles que (...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum no mesmo ritmo que os alunos ditos normais (BRASIL, 1994, s.p.).

Em 1996, a **LDB** estabelece que o sistema educacional deve garantir aos alunos o currículo, métodos, recursos e organização suficientes para atender às suas necessidades. Assegurando o avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado, para quem não concluiu o Ensino Fundamental (BRASIL, 1996).

A presença de alunos com necessidades especiais na escola regular é reforçada hoje pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases); as escolas devem se adequar a essa necessidade e se preparar para receber toda diversidade de alunos que compõem nossa sociedade (BRASIL, 1996, s.p.).

A Convenção da Guatemala (1999), em 2001, afirma que todas as pessoas com ou sem necessidades especiais têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais (BRASIL, 2001).

As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (BRASIL, 2001, s.p.).

A Resolução CNE/CP nº1/2002 diz que a estrutura curricular e a formação docente devem ser voltadas para a atenção às muitas formas de conhecimentos e nas inúmeras particularidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (MAZZOTA, 1998).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, vigente desde 2006, afirma, dentre as suas ações, oportunizar às pessoas com necessidades especiais e desenvolver ações afirmativas de inclusão, entrada e continuidade na educação superior (ARANHA, 2000).

O autor lembra que em 2011, o Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE traz como parte principal a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a criação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (JUNDIAÍ, 2011).

Educação inclusiva e o papel do Estado

Sobre as leis, sua escrita e seu conteúdo não garantem o cumprimento, mas sim ações que, na medida em que se fazem presentes no dia a dia de uma instituição, consolidam a inclusão (CARVALHO, 2004).

Espera-se do Estado concentração nas funções estratégicas e institucional visando o desenvolvimento de capacidades gerenciais para realizá-las com eficácia (KLIKSBERG, 2008).

A construção de política pública de educação para todos tem como meta que o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais seja feito na rede regular de ensino, isso na teoria, pelo menos (SOUZA; PRIETO, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 prevê a manutenção das classes, escolas ou serviços especializados para atender aos alunos que deles necessitarem, em complementação ou substituição ao atendimento educacional nas classes comuns. (art. 58, § 1º) (SOUSA; PRIETO, 2002, p 124).

Infelizmente, tanto em quantidade como em qualidade, não é suficiente para atender a todos os direitos de acessibilidade e continuidade no ensino, orientando e planejando políticas públicas de educação, “é o compromisso de viabilização de uma educação de qualidade, é direito da população” (SOUSA; PRIETO, 2002, p.124).

Segundo Mendes (2001, p. 17), “ao mesmo tempo em que a inclusão toma força e se torna o centro de discussões nos direitos dos alunos com necessidades especiais, surgem as polêmicas, menos sobre seus princípios e mais sobre as formas de efetivá-la”.

Para a autora, pode-se identificar “duas correntes na perspectiva da Educação Inclusiva com pensamentos diferentes sobre qual é a melhor forma de educar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais”:

De um lado, encontram-se os que defendem a proposta de “inclusão” advogando que a “melhor colocação seria na classe regular, mas admitindo a possibilidade de serviços de apoio” ao atendimento na classe comum e os recursos educacionais especiais paralelos ao ensino regular. De outro lado, a proposta de “inclusão total” prevê “a colocação de todos os estudantes, independente do grau e tipo de incapacidade, na classe comum da escola próxima à sua residência, e a eliminação total do atual modelo de prestação baseado num continuum de serviços de apoio de ensino especial” (MENDES, 2001, p. 17).

A implantação da educação escolar para todos, tais como educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, necessitará de uma ação governamental e não governamental, essencialmente, sentimentos, atitudes e respeito ao outro como cidadão (MAZZOTA, 2002).

Protagonistas da Educação Inclusiva e metas para o século XX

Aranha (2001) defende a ideia de que começa em casa o processo de inclusão, onde os pais aceitam, contribuem e permitem que as crianças especiais possam, sim, frequentar as aulas junto com eles, e assim a escola complementa o processo de inclusão.

A inclusão escolar está no processo de desenvolvimento do sujeito e no ajuste da realidade social, se preocupando com o desenvolvimento do indivíduo, o acesso e a participação através de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais (ARANHA, 2001).

Uma das principais tarefas das unidades escolares é a construção de espaços para a participação de todos os segmentos envolvidos direta ou indiretamente nas atividades de ensino. Entre outras tarefas, esta participação deve garantir a elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da escola em consonância com princípios e objetivos maiores da educação, previstos em legislação nacional. Neste projeto, a educação para todos deve prever o atendimento à diversidade de necessidades e características da demanda escolar (SOUSA; PRIETO, 2002, p.130).

Assim, Mazzotta (2003) relata que é de extrema importância a não generalização quanto às necessidades especiais de alunos com deficiência, pois todo aluno e toda escola são diferentes, especiais e singulares.

Segundo Ferreira (2006), o educador tem por compromisso ético e moral proporcionar o acesso à educação desses estudantes, eliminando barreiras para que não ocorra a exclusão educacional destes.

O autor atenta para a formação continuada dos educadores, aprendendo mais, pesquisando e evoluindo em sua prática pedagógica (PERRENOUD, 1999).

O autor ressalta que os professores de ensino regular reclamam que a realidade das condições de trabalho, tais como os limites da formação profissional, número elevado de alunos por turma, estrutura físico-arquitetônica inadequada, despreparo para ensinar alunos especiais, ausência de clareza sobre quais os tipos de deficiência a serem atendidas, dificultam a qualidade do atendimento dos educandos inclusos (SÁ, 2003, p.3).

Carvalho (1997) menciona que apesar de terem ocorrido avanços no que diz respeito à remoção de barreiras arquitetônicas nas escolas, muitas vezes os alunos estão ocupando o mesmo espaço físico que os demais, sem participar efetivamente das atividades escolares.

Ferreira (2006) afirma que os educadores devem ser preparados pedagogicamente para trabalhar com a pluralidade dos estudantes, ampliando conteúdos visando promover a igualdade, a convivência, a aprendizagem, a tolerância e a justiça social.

Tendo em vista que a formação inicial fornece um conjunto de conhecimentos necessários para a docência, mas não suficientes, pois a aprendizagem da docência é um processo que ocorre no decorrer da carreira, na qual o professor vai construindo seu repertório de conhecimentos, modificando-os conforme o seu contexto de atuação, é importante investir na formação contínua como meio de aprendizagem capaz de auxiliar no desenvolvimento profissional dos professores (TANCREDI; REALI; MIZUKAMI, 2005, p.60-66).

Amaro e Macedo (2002) identificaram que os resultados e progressos se tornam substanciais quando há a participação efetiva dos pais e através da escuta dos relatos dos professores e do comentário sobre observação em sala de aula.

Faz-se necessário que os professores, os diretores e equipes, além das merendeiras, faxineiras, porteiros, entre outros trabalhadores da escola e das famílias dos alunos, trabalhem e conversem sobre as formas de melhorar a qualidade da educação oferecida (CARVALHO, 1997).

Para Staimback e Staimback (1999), as amizades conquistadas pelos alunos em um ambiente inclusivo podem auxiliá-los a se sentirem realmente membros de suas comunidades e a terem oportunidade de aprender o respeito, o interesse e o apoio mútuo em uma sociedade inclusiva, ao mesmo tempo em que aprendem habilidades acadêmicas. Assim, para os autores, a possibilidade de os alunos experienciarem e compreenderem a diversidade de uma comunidade propicia a construção de comunidades seguras e protetoras que evitam a exclusão pelo isolamento de indivíduos ou grupos.

De acordo com a teoria de Vygotsky (1995), “os que convivem apenas com seus iguais perdem uma fonte inesgotável de aprendizado, e é importante que as crianças com necessidades especiais estudem próximas a todas as crianças com ou sem diferenças”.

Considerações finais

Através da abordagem feita não temos dúvidas de que todos os indivíduos têm direito a uma educação de qualidade. Mas o que nos preocupa e ainda deixa dúvidas é como construir essa escola inclusiva, e que seja de todos e para todos. É sabido que a educação é a base para

todo indivíduo se desenvolver, e incluir o aluno com necessidades especiais é também mostrar respeito a seus direitos, capacidades e crescimento. Mas entendemos que as dificuldades são inúmeras e visíveis.

Quando surgem situações adversas e usamos uma forma mais crítica de observação, nos deparamos em um impasse ético e moral. Será que colocar um aluno com necessidades especiais em uma classe regular sem que tenhamos um profissional qualificado para tal, isso é inclusão?

Na realidade, temos que encarar a inclusão como um processo em que existem suas etapas, onde há a necessidade de análise, avaliação e questionar de forma crítica. Temos que ter bem claro em nossa mente que não será suficiente termos leis que garantam o cumprimento da inclusão. A inclusão deve ir muito além, ela deve vir acompanhada de compreensão e visão crítica de que cada indivíduo tem seu momento e fases específicas.

A inclusão será plena se esse processo acontecer com a união de pais, professores e gestores, pois todos os alunos estão na condição de aprendizes. Onde os professores precisam de formação continuada, sobre a inclusão e suas necessidades. A preparação da escola ou dos professores deve acontecer aos poucos, de forma gradativa, afinal, a inclusão precisa da participação do próprio aluno na construção desse ambiente escolar que lhe seja favorável.

A autoconfiança leva a criança a acreditar em suas capacidades. Para que esta competência seja desenvolvida, é fundamental que a família acompanhe e valorize o seu sucesso e a encoraje nos momentos difíceis, para que os insucessos se tornem oportunidades de crescimento.

Acreditamos, portanto, que a educação inclusiva, direcionada pela igualdade e o respeito às diferenças, deve ser não só para pessoas excluídas, mas para todos que sintam algum tipo de dificuldade ou tenham alguma especialidade.

Referências

AMARO, Diegles Giacomelli; MACEDO, Lino. **Da lógica da exclusão à lógica da inclusão: reflexão sobre uma estratégia de apoio à inclusão escolar**, 2002.

ARANHA, M. S. F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, Eduardo J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000.

ARANHA, Maria Salete Fabio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. In: **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano XI, n. 21, março, 2001, p. 160- 173.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial**. Brasília: MEC. SEESP, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em: 07 set.2017.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 20 abr. 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, Windyz B. Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. *In: Ensaio Pedagógico – Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

JUNDIAÍ. **Lei nº 7.812**. Assegura, à criança com deficiência motora, matrícula na escola mais próxima da residência. Lex. Jundiaí-SP: Imprensa Oficial do Município, 2011. Disponível em: http://sapl.jundiai.sp.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/7784_texto_integral.pdf. Acesso em: 11 maio 2017.

KLIKSBERG, Bernardo. **Mais Ética, Mais Desenvolvimento**. Brasília: UNESCO; SESI.DN, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Deficiência, Educação Escolar e Necessidades Especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional. 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais**: reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

MAZZOTTA, M. J. S. **Pressupostos teóricos e filosóficos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Palestra proferida no I Seminário de Educação Inclusiva no Distrito Federal. Brasília, 1998.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Raízes históricas da educação inclusiva**. Trabalho apresentado em agosto de 2001, durante os Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva, ocorrido na UNESP de Marília.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1993.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SÁ, Elizabeth Dias de. Palestra apresentada na 6ª Jornada de Educação Especial. **A Educação no terceiro milênio: espaço para diversidade**, 3-6 junho de 2002. www.bengalalegal.com/eliza3.php. Acesso em 23 abr. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 36ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian; PRIETO, Rosângela Gavioli. A educação especial. *In*: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (org.). **Organização do ensino no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002.

STAIMBACK, S.; STAIMBACK, W. **Inclusão: Um guia para Educadores**. Porto Alegre, Artmed, 1999.

TANCREDI, R. M. S. P.; REALI, A. M. M. R; MIZUKAMI, M. G. N. **Relatório de pesquisa**. (FAPESP/Ensino Público), 2005.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para Todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos da Defectologia**. Havana: Pueblo y Educacion, 1995.

Artigo recebido em 30/10/18. Aceito em 10/12/18.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Racial discrimination in school physical education

Allan Ricardo Freitas da Rosa Azevedo¹

Cláudia Micael Melo¹

Édio Julio da Rosa¹

Priscila Faleiro Butzke¹

Juliano Vieira da Silva¹

Resumo: A presente pesquisa trata-se de um estudo sobre educação intercultural e a discriminação racial na Educação Física. Esta pesquisa debate como e por que as culturas africanas, em especial, não são visíveis no contexto escolar, através do recorte das aulas de Educação Física escolar. Num primeiro momento, o texto traz um necessário histórico da Educação Física escolar e alguns rótulos que permaneceram com o passar dos anos. A escola reflete o que ocorre na sociedade, e esse espaço pode trazer mudanças reais. Como o professor é um dos formadores de opinião de crianças e adolescentes, deve estimular o debate em aula sobre essas questões e apresentar a diversidade das visões de mundo. Os traumas que o sentimento de rejeição e de exclusão podem causar em uma criança podem se tornar irreversíveis. Na maioria dos casos em que o professor intervém rapidamente, os acontecimentos envolvendo estranheza de alunos a colegas negros não chegam a virar problema, muito embora o ideal seria evitar que a agressão ocorresse.

Palavras-chave: Discriminação racial. Educação Física escolar. Igualdade de direitos.

Abstract: The present research is about a study on intercultural education and racial discrimination in physical education. This research discusses how and why African cultures, in particular, are not visible in the school context, by cutting school Physical Education classes. At first, the text brings a necessary history of Physical Education school and some labels that have remained over the years. The school reflects what is happening in society. Despite this, it is precisely this space that can bring real changes. As the teacher is one of the opinion leaders of children and adolescents, it should stimulate the debate in class on these issues and present the diversity of worldviews. The traumas that the feeling of re-establishment and exclusion can cause in a child may become irreversible. In most cases where the teacher intervenes quickly, events involving students' blindness to black classmates do not become a problem, although the ideal would be to prevent aggression from occurring.

Keywords: Racial discrimination. School Physical Education. Equal rights.

Introdução

A educação intercultural mediante os mecanismos pedagógicos e escolares tem como objetivo propiciar a interação dialógica entre culturas, num clima democrático que defenda o direito à diversidade no marco da igualdade de oportunidades, flexibilizando os modelos culturais que se transmite na escola (LOPES, 2003)

Há informações de que o preconceito racial, conforme dados históricos, já ocorria desde os anos 2000 a.C. e infelizmente acabou por continuar e, muitas vezes, se tornar mais agressivo. Vivendo em sociedade, os seres humanos devem respeitar-se uns aos outros. Todos possuem direitos, porém o direito de um cidadão não pode ultrapassar o direito de outro. Para Lopes (2006), o preconceito racial no Brasil opera fundamentalmente em três dimensões: a moral, a intelectual e a estética. Esse preconceito é reforçado através de atribuições, piadas e brincadeiras e fundamenta-se na ideia de que o negro é inferior na escala humana.

O preconceito constitui-se em um grave problema da atualidade, existente em toda a sociedade de um modo geral, e principalmente na escola, sendo observado muitas vezes nas

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - no 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281 – Site: www.uniasselvi.com.br

aulas de Educação Física. As principais formas de preconceito encontradas na Educação Física escolar são o racismo, questões ligadas ao gênero, diferenças corporais e a intolerância aos portadores de necessidades especiais. Entra aí o papel do professor de Educação Física com a transmissão do saber, desvinculado e desestimulando qualquer possibilidade que vise à reprodução de preconceitos, discriminação e subordinação.

O artigo tem como objetivo a conscientização de toda a comunidade escolar acerca da importância do combate ao preconceito e a assimilação das diferenças. Foi utilizado como fonte de conhecimento e aprimoramento o meio documental. Nas seções posteriores serão abordadas a educação intercultural, que visa contribuir para o respeito às diferenças; a discriminação racial e cultural, algo muito comum ainda na sociedade; também apresentaremos como o negro foi inserido no ambiente educacional e as leis que tornaram obrigatória a não segregação das raças e como isso reflete na atualidade nas aulas de Educação Física.

Educação intercultural

A educação intercultural pretende promover o reconhecimento e a valorização da diversidade como oportunidade e como fonte de aprendizagem para todos, no respeito pela multiculturalidade das sociedades atuais, bem como desenvolver a capacidade de comunicar e incentivar a interação social, criadora de identidades e de sentido de pertença comum à humanidade, afirma o site Direção Geral da Educação.

Conforme Lopes (2003), ela possibilitaria aos alunos disporem de uma maior riqueza de conhecimentos e valores culturais, próprios e alheios, enriquecendo crítica e reflexivamente não só seu desenvolvimento integral enquanto pessoas, mas também propiciando sua conscientização e ação social solidária.

A educação intercultural não pode assumir toda a responsabilidade na implementação da justiça social necessária, mas pode, sim, mediante os mecanismos pedagógicos e escolares, propiciar a interação dialógica entre culturas, num clima democrático que defenda o direito à diversidade no marco da igualdade de oportunidades, flexibilizando os modelos culturais que se transmitem na escola (LOPES, 2003).

Na promoção de uma educação intercultural, o docente assume importante papel na mediação das relações que ocorrem nos espaços escolares, pois “é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula” (MOREIRA; CANDAU, 2008, p. 19). Nesse sentido, o docente tem papel primordial no desenvolvimento de uma educação que valoriza o reconhecimento do direito à diferença, a promoção de relações dialógicas, a integração da diversidade e a realização de ações que incentivam o respeito e aceitação entre os sujeitos.

Discriminação cultural e racial

Afirma-se que o mais antigo exemplo de racismo diz respeito a uma escritura acima da segunda catarata do Nilo, no Egito, feita há cerca de 2000 a.C. “Consta que a partir daquele marco fica proibida a passagem de negros, exceto com o propósito comercial” (AZEVEDO, 1987, p. 23). Há, porém, um contraponto a respeito da caracterização desta escritura, pois em outras histórias afirma-se que as escrituras próximas ao Nilo nada mais eram que a proibição da passagem dos “núbios”, antigos inimigos dos povos egípcios, traduzida de maneira errada pela visão preconceituosa dos europeus (LOPES, 2007, p. 16).

Segundo Lopes (2007, p. 18), o que se sabe então, “tendo em vista as considerações comentadas acima, é que o racismo, desde a antiguidade, é a inferiorização do diferente, do selvagem, do bárbaro, entre outros”. O autor ainda afirma que:

O racismo, desde os tempos antigos, é basicamente uma rejeição daquela pessoa que é diferente de nós. Segundo o historiador Heródoto, os antigos egípcios evitavam a companhia de pessoas de rosto claro e cabelos ruivos, como alguns gregos, por considerá-las maléficas; os persas, por sua vez, consideravam-se absolutamente superiores ao resto da humanidade (LOPES, 2007, p. 18).

Conforme o site Racismo no Brasil, a história nos mostrou como os negros sofreram no passado com a escravidão e o preconceito, esta história será comentada no próximo tópico. Separados dos brancos, os negros não eram respeitados e a discriminação não era algo raro. Mas com o tempo, o ser humano percebeu como tal atitude é completamente desnecessária e o racismo virou algo proibido por lei, tendo pena inafiançável conforme a Lei nº 7.716/1989, de um a três anos de prisão e multa.

De acordo com Lima (2014), as pessoas que não conseguem deixar de ser preconceituosas podem vir a se tornar racistas. Um racista acredita que existem raças superiores às outras, o que é uma grande tolice, pois na espécie humana não podemos dizer que existam raças; a cor da pele, a forma do nariz, o tipo do cabelo, o tipo do sangue, o formato e a cor dos olhos, a espessura dos lábios, não são suficientes para estabelecer diferentes tipos de raças entre os seres humanos, que biologicamente são iguais em quase tudo, restando pequenas diferenças externas pouco importantes e que não servem para fazer com que uns sejam superiores ou inferiores aos outros e vice-versa.

Para entender melhor, qualquer exclusão, distinção, restrição ou preferência baseada na raça, cor e nacionalidade que tenha intenção de resultar ou anular o reconhecimento de exercícios é considerado como discriminação racial. Todas as pessoas, não importa a raça, têm direitos econômicos, sociais e culturais iguais, afirma o site Racismo no Brasil.

Podemos entender por discriminação cultural qualquer distinção, exclusão ou preferência em função da raça, da cor, origem étnica, que tenha por objetivo ou que produza como resultado a anulação e restrição do reconhecimento em condições de igualdade de direitos, liberdades e direitos sociais, econômicos e culturais. A discriminação cultural continua a ser um dos maiores problemas de direitos humanos no mundo atual, atingindo tanto minorias culturais quanto populações inteiras (FRANCISCO, 2013).

Ainda Francisco (2013) diz que nas leis internacionais dos direitos humanos, o termo raça é geralmente utilizado num sentido mais amplo e frequentemente confunde-se com outras distinções entre grupos de pessoas, baseadas na religião, etnia, grupo social, língua e cultura. O termo “raça”, nas leis sobre os direitos humanos, é utilizado para designar grupos que não se enquadram em distinções biológicas de grupo.

No Brasil possuímos a maior diversidade cultural do planeta, fomos colonizados por portugueses, invadidos por holandeses, franceses e espanhóis; posteriormente fomos “neocolonizados” por japoneses, chineses, americanos e toda diversidade de povos que colocaram seus pés em solo brasileiro. Destacando-se ainda os povos africanos trazidos como escravos ao Brasil e os índios que já residiam nas terras tupiniquins. Enfim, a diversidade é algo inerente ao povo brasileiro, somos filhos de uma cultura rica e multifacetada que possui mil e uma formas de expressão; contudo, a distorção de valores culturais ao longo dos séculos e os resquícios da cultura monárquica dos primeiros séculos povoam ainda o imaginário popular e caricaturam personas (personagens fictícios criados para representar os diferentes tipos de usuários dentro de um alvo demográfico) de nossa sociedade (JUNIOR, 2012).

A educação de escravos e libertos no Brasil

A educação dos escravos e libertos no Brasil é constituída de diversas brechas, como nos

diz Bastos (2015). A historiografia da escravidão no Brasil tem sido amplamente estudada, no entanto, há ainda lacunas quanto à educação dos escravos. Fonseca (2007, p. 12) assinala que a historiografia da educação brasileira construiu uma “invisibilidade do negro”, há um silêncio das fontes da história da educação em relação ao pertencimento étnico-racial das comunidades negras.

Ser escravo, como afirma Bastos (2015), já definia a condição de exclusão social e, portanto, educacional. Mesmo havendo reduzidos espaços de liberdade, como o trabalho de ganho e a produção da própria subsistência em pequenas parcelas de terra, esses não eram suficientes para uma emancipação social. Já que também era proibida a escolarização de crianças escravas e não de crianças negras livres. Aos negros libertos não havia impedimento legal em frequentar a escola, mas tinham de provar ser livres.

Barros (2005, p. 85) cita alguns mecanismos que foram acionados para dificultar o ingresso e a permanência de alunos negros na escola, mesmo após o fim da escravidão. Depoimentos mostraram que faltavam “vestimentas adequadas”, que havia a ausência de um adulto responsável para realizar a matrícula, assim como para adquirir material escolar e merenda, por exemplo, eram empecilhos enfrentados por alunos dessa origem para acessar a escola.

Karasch (2000) assinala também algumas circunstâncias que teriam oportunizado o acesso às letras pelos escravos. Uma possibilidade que se apresentava no cotidiano das mucamas (criadas negras) que acompanhavam as crianças à escola. Ocasão em que teriam a chance de aprender ouvindo as lições destinadas aos filhos dos senhores (*apud* LOPES, 2012, p. 74). Bastos (2015) afirma que muitos proprietários também ensinavam os filhos de escravos, para obterem melhor preço na hora da venda. Outra hipótese relacionada ao aprendizado da leitura e escrita dizia respeito às escolas privadas vocacionais. Locais para onde escravos do sexo masculino podiam ser enviados a fim de aprender ofícios específicos.

Para Mattoso (1982, p. 112), a adaptação do escravo ocorria através do idioma, da oração e do trabalho. Os senhores de escravos, juntamente com a Igreja Católica, incentivavam o ensino de rudimentos da religião católica, especialmente o orar e o rezar, com o objetivo de o escravo adquirir “as virtudes da paciência, humildade, resignação e submissão à ordem estabelecida”.

Diferentemente do escravo do campo, Bastos (2015) diz que o escravo urbano teve maior espaço e condições de uma formação formal e informal, nos limites da própria condição. Muitos conseguiram aprender um ofício – pedreiro, carpinteiro, sapateiro, ferreiro, barbeiro, costureiro, alfaiate, etc. –, o que era um bom negócio para o seu proprietário, que podia alugá-lo, e também para os escravos, que, com a parte que recebiam, puderam comprar sua carta de alforria. Mas ainda assim era difícil o acesso à educação. Segundo Luz (2013, p. 76), é “difícil saber exatamente como aprendiam a ler e escrever, em uma sociedade em larga medida analfabeta”.

Ao longo do século XIX, segundo Bastos (2015), uma série de medidas são promulgadas visando abolir gradativamente a escravidão no Brasil: em 1850, a lei antitráfico de Eusébio de Queiroz; a Lei do Ventre Livre (1871), que declara livres os filhos de escravos nascidos a partir dessa data; a Lei do Sexagenário (1885), que considera livres os escravos maiores de 65 anos; em 1886, é proibida a pena de açoite. Por fim, em 13 de maio de 1888 é abolida a escravidão.

No século XIX, Bastos (2015) diz que não havia impedimento dos negros libertos de frequentarem as escolas oficiais como havia para os escravos. Mesmo assim, a maioria permanecia excluída do processo de escolarização. Em uma pesquisa realizada em Minas Gerais, podemos ver como era o cenário da educação. Fonseca (2009, 2010), nas análises que realiza sobre a educação da população negra em Minas Gerais, a partir do estabelecimento da obrigatoriedade escolar (1835), assinala que a população negra (pardos – 48%, crioulos – 9%, africanos – 2%)

representava a maioria da população livre da província (59%). No entanto, grande parte das crianças negras em idade escolar estava fora da escola, localizando somente um escravo registrado. O autor assinala que “quando acrescentamos as crianças escravizadas à população em idade escolar, há aumento desse grupo, que, em média, passa a representar 15,3% da população total” (FONSECA, 2009, p. 57).

As diversas estratégias e táticas de inserção no mundo letrado, segundo Bastos (2015), expressam artimanhas que analfabetos e/ou iletrados, sejam afrodescendentes ou brancos, ainda utilizam para superar a precariedade da educação escolarizada da sociedade brasileira. Souza (2001, p. 114) assinala que as exceções possibilitam perceber que “nas duras condições escravas, aprender a ler e escrever lhes permitiu a instrumentalização de mediadores de escrita e reutilizá-los em seu proveito próprio”.

Sobre a invisibilidade do negro, Bastos (2015) nos diz que esses esparsos indícios de educação e de instrução primária e/ou profissional de escravos e libertos atingiram uma parcela ínfima da população afrodescendente, que conseguiu romper com as amarras do sistema. No entanto, temos de ter consciência de que os documentos conservados tornaram mais latente a “invisibilidade dos negros” na história e, especialmente, na história da educação.

Lei Áurea de 1888

O trabalho escravo no Brasil durou muito tempo, tanto que foi o último país do continente americano a abolir o trabalho compulsório. Em razão disso, a pressão interna e externa era enorme para que o fim do regime escravista ocorresse, afirma Junior (2010).

Segundo Junior (2010), a evolução das leis para extinguir o trabalho escravo no país foi muito lenta. Em 1850 foi promulgada a primeira lei de impacto sobre o trabalho compulsório. A Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, proibia o tráfico negreiro no Oceano Atlântico em sentido ao Brasil. Duas décadas mais tarde, em 1872, a Lei do Ventre Livre concedeu liberdade aos filhos de escravos nascidos no país. E na década seguinte, em 1885, a Lei dos Sexagenários permitiu a liberdade para os escravos com 60 anos de idade ou mais.

Neste cenário, de acordo com Andrade (2018), aconteciam muitas manifestações e rebeliões a favor da abolição da escravidão no Brasil, a população temia continuar naquela situação, pois os senhores das fazendas aumentavam as jornadas de trabalho e também os castigos físicos, acarretando em fugas, ou até o assassinato dos senhores donos das fazendas.

A Lei Áurea (Lei nº 3.353), segundo Bezerra (2018), foi sancionada pela Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, no dia 13 de maio de 1888. A sanção dessa lei resultou numa vitória dos conservadores, que aboliram a escravidão sem pagar indenização aos fazendeiros. De acordo com Andrade (2018), foi votada e aprovada em poucos dias e em 13 de maio de 1888 a escravidão era extinta no país. Com um texto curto, simples e direto, a lei libertava cerca de 700 mil escravos, num país com então 15 milhões de habitantes. O número de escravizados na data não é tão expressivo, tendo em vista um grande contingente de libertos já existentes no país.

Para a família imperial, consistiu na perda de apoio político e, para os escravos, a liberdade, ainda que sem integração social, como nos diz Bezerra (2018). Andrade (2018) fala que uma das questões que mais preocupava o governo imperial era justamente a pressão pelo fim da escravidão. O temor por um possível Terceiro Reinado de Isabel, os avanços do Partido Republicano Paulista eram algumas das questões que rondavam o Império, mas certamente, a escravidão configurava o centro de todas as preocupações.

Mas, de acordo com Andrade (2018), a libertação tardia marca também o fim da monarquia por uma crise instaurada neste cenário. Mesmo a assinatura da lei sendo considerada o

ato mais popular do Império, não agradou um grupo importante do cenário político: os proprietários rurais. Mesmo agraciados com o título de baronato, a falta de indenização fez com que rompessem com o Estado, já que suas fortunas se concentravam na posse de escravos, e assim aderem à causa republicana.

Sobre a condição em que os escravos passaram a viver, Bezerra (2018) no diz, quanto aos milhares de ex-escravos, que não lhes restaram muitas alternativas: ou continuavam a trabalhar nas fazendas ganhando pouco, ou partiam para as cidades onde realizariam atividades precárias.

A Lei 10.639/3 e o ensino da cultura africana e afro-brasileira

A Lei 10.639, de acordo com o site oficial do Planalto, sancionada em 2003 pelo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996) e institui a obrigatoriedade no Ensino Fundamental e Médio, público e particular, do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Tendo como conteúdo programático o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. E ao calendário escolar foi incluído o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

Já na década de 1980 constatou-se, por exemplo, que a discriminação racial, presente no cotidiano escolar, era a responsável direta pela crescente desigualdade de percurso entre os alunos negros e brancos (FILHO, 2011). Se os movimentos a favor da causa afrodescendente foram fortes na década de 1980, um exemplo é a inclusão em junho de 1985, por intermédio do secretário de Educação e Cultura da Bahia e do esforço da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na figura de seu Centro de Estudos Afro-orientais (CEAO), da disciplina “Introdução aos Estudos Africanos” nas escolas públicas estaduais, acontecimento de grande simbolismo para a população afrodescendente local. Portanto, a década de 1980 representou uma grande conquista na luta contra a desigualdade racial, principalmente no âmbito educacional. Foi na década seguinte que eles tomaram corpo definitivamente, e a temática ligada às questões raciais passou a ter mais importância dentro dos debates políticos. É somente nessa década, por exemplo, que a mídia, a sociedade, o governo da União e as instituições escolares se voltaram, de fato, para essas questões e passaram a discuti-las de modo mais apropriado e profundo. O Movimento Negro, por sua vez, continuava presente, defendendo a causa negra como há quase um século, segundo Nascimento (2007).

Surgiram também, nessa época, segundo Pereira e Silva (2012), políticas públicas especificamente voltadas para a população afrodescendente, como a instauração do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), a princípio no Estado do Rio de Janeiro, com a intenção de promover a entrada de alunos negros nas universidades públicas.

Foi com base no texto constitucional que o deputado Paulo Paim apresentou à Câmara Federal a proposição de lei que seria o embrião da Lei 10.639, projeto encaminhado ao Senado, mas arquivado em 1995, certamente por questões políticas e burocráticas, consideradas – na ocasião – mais importantes que o contexto das relações étnico-raciais na educação. Somente com o esforço de alguns políticos, mas respondendo também à pressão do movimento negro, a referida lei recebe seu primeiro grande impulso, com a aprovação, em março de 1999, do Projeto de Lei nº 259, formulado pelos então deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi: estabelecendo a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática História e Cultura Afro-Brasileira. O projeto, no artigo primeiro, justifica a intenção de reconhecer a

luta dos negros no Brasil na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição (XAVIER; DORNELLES, 2009, p. 570).

Como citado anteriormente, a Lei 10.639 foi aprovada em 1999 e promulgada em janeiro de 2003 pelo presidente Lula, em cumprimento de uma promessa de campanha do então candidato, que, na época, havia assumido compromissos públicos de apoio à luta da população negra. E segundo Santos (2007, p. 221) sobre os objetivos dessa lei:

Ensinar História e Cultura Afro-brasileiras e africanas não é mais uma questão de vontade pessoal e de interesse particular. É uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve as diferentes comunidades: escolar, familiar e sociedade. O objetivo principal para inserção da Lei é o de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira. A Lei 10.639/03 visa fazer um resgate histórico para que as pessoas negras afro-brasileiras conheçam um pouco mais o Brasil e melhor a sua própria história.

Com a aprovação da referida lei, segundo Pereira e Silva (2012), foi ainda criada, no mesmo ano, uma secretaria voltada para a questão étnico-racial, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de, na medida do possível, corrigir os cruéis efeitos da escravidão, discriminação e racismo no Brasil, promovendo assim uma democracia mais justa e igualitária, conforme se verifica nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, publicadas em 2004:

O governo federal, por meio da SEPPIR, assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira. O principal instrumento, para isso, é o encaminhamento de diretrizes que nortearão a implementação de ações afirmativas no âmbito da administração pública federal. Além disso, busca a articulação necessária com os estados, os municípios, as ONGs e a iniciativa privada para efetivar os pressupostos constitucionais e os tratados internacionais assinados pelo Estado brasileiro. Para exemplificar esta intenção, cabe ressaltar a parceria da SEPPIR com o MEC por meio das suas secretarias e órgãos que estão imbuídos do mesmo espírito, ou seja, construir as condições reais para as mudanças necessárias (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 8).

Foi, aliás, a própria SEPPIR a responsável pela publicação das referidas diretrizes, dizem Pereira e Silva (2012), com o intuito de estabelecer parâmetros para todas as instituições escolares e para os docentes e agentes envolvidos com a educação nacional, a fim de esclarecer os princípios que regeram a formulação/aprovação da Lei 10.639, destacando a diversidade étnica do Brasil, em defesa da necessidade de conscientização da importância de uma sociedade não discricionária, não excludente e não racista. Tais diretrizes preveem as políticas de reparações voltadas para a educação dos negros, que dizem:

Devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 11).

Discriminação racial na Educação Física

A escola é o meio ideal para disseminar esta discussão e para colocá-la em prática, uma vez que é dentro desta instituição que estão estabelecidas as maiores formas de discriminação e preconceitos, principalmente o racial, mesmo na sociedade brasileira, devido à sua principal característica, a diversidade étnica e racial. No âmbito da Educação Física escolar, atitudes preconceituosas são observadas de forma mais frequente, uma vez que o contato físico, proporcionado pela prática em ambientes externos, estimula algumas manifestações que não são tão comuns em outros ambientes, pois neste, o corpo é visto de forma livre e exposta do que em outras práticas escolares.

No que se refere à escola, por ser um local cuja a finalidade consiste em fazer a criança aprender, ser educada. Entretanto, essa aprendizagem não deve se restringir apenas ao enriquecimento cultural, é importante que sejam formados cidadãos e seres humanos melhores, mais conscientes e mais tolerantes. Para Lopes (2006), a escola é um sistema social onde os conceitos e pré-conceitos são passados de geração a geração, entendemos que ela também possui responsabilidade na formação de uma nova geração.

Nas aulas de Educação Física o professor deve assumir o papel de formador do cidadão, não só pelas questões fisiológica e motora, mas também da formação do indivíduo como um todo. Neste sentido, é papel do professor de Educação Física a transmissão do saber elaborado, desvinculado de qualquer valor que vise à reprodução de preconceitos, discriminação e subordinação.

Ao professor de Educação Física cabe intervir na formação de valores dos indivíduos, colocando em discussão assuntos como preconceito racial, além de outras segregações relacionadas a parâmetros estéticos ou a qualquer tipo de diferença entre os mesmos. Trabalhando a importância da miscigenação e os grandes benefícios que surgiram através desses acontecimentos, entre eles, esportes como a capoeira e brincadeiras como “escravos de Jó”, além de diversos outros. Ou seja, é importante que o professor de Educação Física aborde os assuntos no momento em que eles acontecem, para que se cause uma reflexão por parte dos alunos sobre a ocasião ou problema ocorrido.

Considerações finais

O presente estudo contempla o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnicos raciais para a história e cultura brasileiras.

Precisamos ser otimistas e transformar em realidade o sonho de uma educação para todos, nos convencendo das potencialidades e capacidades dos seres humanos, acreditando que, somando nossas diferenças, poderemos provocar mudanças significativas na educação e na sociedade, diminuindo preconceitos e tornando nosso país mais humano, fraterno, justo e com igualdade de direitos.

Referências

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. **Lei Áurea**. 2018. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-aurea/>. Acesso em: 5 maio 2018.

AZEVÊDO, Eliane. **Raça: conceito e preconceito**. São Paulo: Ática, 1987.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, Jeruse. História da educação do negro e outras histórias. Brasília: ME, 2005.

BASTOS, S. O. A definição de trabalho escravo contemporâneo: Em busca da unidade conceitual semântica e ontológica para além da ciência jurídica. UFMG, Faculdade de Direito: monografia de graduação, 2015.

_____. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BEZERRA, Juliana. **Lei Áurea**. 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/lei-aurea/>. Acesso em: 5 maio 2018.

CASTRO M. G. **Gênero e raça: desafios à escola 2010**. Disponível em: <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/genero-raca.pdf>. Acesso em: 8 maio 2018.

DGE. Direção-Geral da Educação. **Educação Intercultural**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/educacao-intercultural>. Acesso em: 17 abr. 2018.

FILHO, Guimes Rodrigues; PERÓN, Cristina Mary Ribeiro (Orgs.). **Racismo e Educação: contribuições para a implementação da Lei 10.639/03**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

FONSECA, M. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o pragmatismo econômico e a responsabilidade social**. Cadernos Cedes. Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, mai./ago. 2009.

FRANCISCO, Rafael. **Discriminação Cultural**. 2013. Disponível em: <https://prezi.com/8r2s-pmbmwkol/discriminacao-cultural/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

HAUSCHILD, Caroline Bacelar. **O Papel das Políticas Educacionais na Diversidade Cultural encontrada na Escola**. 2011. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/o-papel-das-politicas-educacionais-na-diversidade-cultural-encontrada-na-escola/10322>. Acesso em: 5 maio 2018.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **Lei Áurea**. 2010. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/lei-aurea/>. Acesso em: 5 maio 2018.

JUNIOR, Jesus Martins Oliveira. **Acolha a diversidade, acabe com a discriminação**. 2012. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/acolha-a-diversidade-acabe-com-a-discriminacao/65621/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

KERDINA. **Discriminação Racial**. Racismo no Brasil. [s.d.]. Disponível em: <http://racismo-no-brasil.info/discriminacao-racial.html>. Acesso em: 17 abr. 2018.

LIMA, Flávia Cunha. **Preconceito, racismo e discriminação no contexto escolar**. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/preconceito-racismo-e-discriminacao-contexto-escolar/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

LOPES, N. **O Racismo: explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

LOPES, Katia Geni Cordeiro. A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade-corte: o caso da Escola Imperial Quinta da Boa Vista. Rio de Janeiro: Centro de Educação/UERJ, 2012. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. 140 p.

LOPES, José de Sousa Miguel. **Educação Intercultural: a descoberta do outro**. A página da educação. 2003. Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=123&doc=9419&mid=2>. Acesso em: 17 abr. 2018.

LOPES, V. G. Linguagem do Corpo e Movimento. Curitiba, PR: FAEL, 2006.

LUZ, Itacir Marques da. Alfabetização e escolarização de trabalhadores negros no Recife oitocentista: perfis e possibilidades. **Revista Brasileira de História da Educação/SBHE**, Campinas-SP, v. 13, n. 1 (31), p. 69-93, jan-abr. 2013.

MACHADO, M. M. S. C. *et al.* **O preconceito no contexto educacional**. Rio de Janeiro, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF, SEPPPIR, 2004.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. *In*: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

MATOSSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

NASCIMENTO, Alexandre. Os cursos pré-vestibulares populares como prática de ação afirmativa e valorização da diversidade. *In*: BRAGA, M. L. S.; SILVEIRA, M. H. V. (Orgs.). **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista**. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2007, p. 65-88.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Maurício. **Percursos da Lei 10.639/03: antecedentes e desdobramentos**. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/23810-113005-1-SM.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

SANTOS, Jocélio Teles do. Mobilização política e normatização de conflitos: o conselho negro. In: O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. O Preto no branco: a trajetória de escritor de Luiz Gama. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Brasil 500 anos**. Tópicos em História da Educação. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 114.

SOWA, ÂNGELA. **A Representação da Cultura nas Escolas Públicas de Santa Maria**: um estudo sobre o programa “Mais Cultura”. 2016. Disponível em: <http://observatoriodadiversidade.org.br/revista/wp-content/uploads/2016/06/Revista-ODC-2016-03-15-A-REPRESENTA-C%CC%A7A%CC%83O-DA-CULT-URA-NAS-ESCOLAS-PU%CC%81BLICAS-DE-SANTA-MARIA-Um-estudo-sobre-o-Programa-%E2%80%9CMais-Cultura%E2%80%9D.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

XAVIER, Maria do Carmo; DORNELLES, Ana Paula Lacerda. O debate parlamentar na tramitação da Lei 10.639/2003: interrogando o papel da escola na construção da identidade cultural e étnica do Brasil. **EccoS, Revista científica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 569-586, jul./dez. 2009.

Artigo recebido em 30/10/18. Aceito em 10/12/18.

ÉTICA E O TRABALHO DOCENTE

Ethics and teaching work

Eder Burigo¹
Salesio Padilha¹

Resumo: Aproximar a educação e a ética tem sido um grande desafio do mundo atual. As incompatibilidades que se apresentam representam um mundo de diversas possibilidades ao lado de metodologias assustadoras de autodestruição. E é a escola que simboliza essa imprecisão como um espaço e um mecanismo de contemplação e multiplicação. Portanto é fundamental que a educação e o trabalho do profissional da educação sejam moldados em ação ética para que se alcance o objetivo final: um novo homem e uma nova sociedade.

Palavras-chave: Ética. Educação. Saberes docentes.

Abstract: Bringing education and ethics closer has been a major challenge in today's world. The incompatibilities that present themselves represent a world of diverse possibilities along with frightening methodologies of self-destruction. And it is the school that symbolizes this imprecision as a space and a mechanism of contemplation and multiplication. Therefore, it is fundamental that the education and work of the education professional be molded into ethical action to achieve the ultimate goal: a new man and a new society.

Keywords: Ethics. Education. Teachers' knowledge.

Introdução

Educação e ética investigam e fundamentam a possibilidade de se reduzir as contradições em que se movimentam os seres humanos no mundo todo. A Educação não é e nunca será o único caminho de solução de problemas atuais. Mas é no espaço educativo que brota a semente de uma nova realidade, e é preciso regá-la com ética para que dê bons frutos.

Se a educação inclui a ética como uma condição para que ela se construa de acordo com a tarefa primordial, antes de tudo, é necessário buscar entender e compreender o que se entende por educar e de que tarefa se trata. A própria história só surge quando se constituem as comunidades humanas que conferem um significado aos fatos e a todas as realidades. Todos os seres existentes só adquirem uma significação diante do ser humano. Por exemplo, uma flor só passa a ser bela quando contemplada por alguém. Portanto, um ser humano adquire a sua plena humanização na relação com outro ser humano que lhe servirá de ponto de referência. Assim, a história só existe com o surgimento e sua ação sobre o mundo.

Para que o conceito de educação se clarifique um pouco mais, é necessário inseri-lo no contexto em que ela se faz. A educação aparece sempre como um fenômeno social e nunca como uma força isolada, por isso é necessário refletir a sua contextualização atual. Buscando uma aproximação entre educação e ética só será possível ou não se isto se fizer dentro de um contexto societal.

Nesse contexto, a discussão sobre o papel do professor e os objetivos que devem nortear o trabalho docente constitui tema muito relevante, uma vez que, diante das demandas que lhe são atribuídas pela sociedade, este procura meios possíveis para mediar um processo de formação em uma perspectiva que transcenda a mera exigência para o mundo do trabalho, adequado aos meios de produção vigentes, e erigido sob a lógica do sistema capitalista, para que sua ação seja caracterizada como um movimento que se volta, sobretudo, à construção do saber e da cidadania.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - no 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281 – Site: www.uniassearvi.com.br

Para Freire, a educação jamais é neutra, contém uma intencionalidade. Portanto pressupõe escolhas, estejamos ou não conscientes delas, referentes aos conteúdos, às metodologias, à avaliação, à comunicação, à convivência etc. Dependendo das decisões, ou seja, das escolhas que fazemos, a educação que realizamos pode ser transformadora e emancipadora ou conservadora - contribuir para a manutenção da organização e dinâmica social, status quo.

O conhecimento construído nessa perspectiva tem a função de motivar e impulsionar a ação transformadora. O ser humano deve entender a realidade como modificável e a si mesmo como capaz de modificá-la.

Paulo Freire (1982), por sua postura, princípios e construção teórico-metodológica, revelou-se um ser humano esperançoso. E como afirma em seu livro *Pedagogia da esperança*: “não por teimosia, mas por imperativo histórico e existencial”. Ele dizia que uma das condições fundamentais é tornar possível o que parece não ser possível. “A gente tem que lutar para tornar possível o que ainda não é possível. Isto faz parte da tarefa histórica de redesenhar e reconstruir o mundo”.

Princípios

O educador não deve e nem pode se limitar a transmitir o conhecimento destituído da compreensão do homem real, de carne e osso, de corpo e alma. Do que serve o conhecimento transmitido em sala de aula, se lá fora da sala de aula o aluno torna-se um ser brutalizado, desumano e pratica barbáries?

A grande missão de um educador é aprimorar o aluno como pessoa humana, prepará-lo para o exercício da cidadania, construir uma escola democrática, qualificando o aluno para progredir no mundo do trabalho. É preciso fortalecer a solidariedade humana, e é papel da escola, sim, favorecer a solidariedade, aquela solidariedade que cabe à escola ensinar, que solidariedade não nasce apenas de perdas materiais, mas que chega como adesão às causas maiores da vida, principalmente às referentes à existência humana.

É obrigação do educador zelar pela aprendizagem dos seus alunos, porém o domínio do conhecimento não deve estar dissociado da capacidade de ensinar, e de fazer aprender. O conhecimento não é feito apenas de conceitos, é preciso ter e ser didático, o educador deve ser um mediador. Isso é zelar pela aprendizagem. É respeitar as diferenças, é necessário ser tolerante, o educador deve saber favorecer a unidade na diversidade, a semelhança na dessemelhança, essa é a grande tarefa do educador neste novo milênio.

Ética

Falar de ética nos dias de hoje é algo muito comum. Mas logo nos vem ao pensamento o relacionamento, como viver com o outro que é tão diferente de nós mesmos. Como diz Cortella: “ser humano é ser junto” (CORTELLA, 2010, p. 117).

Ao falar de ética na educação, logo se pensa na conduta do professor em relação a seus alunos. A ética gira em todos os princípios e valores que norteiam a ação, estabelecendo regras para o bem comum, tanto no individual como no coletivo, assim estabelece princípios gerais. A ética é imprescindível, é uma ciência prática, é um conhecimento preocupado com a ação. Ética vem do grego “ethos”, que significa o hábito de uma pessoa, o modo de ser, ou ainda, o hábito de uma comunidade. Sendo assim, ética descreve basicamente o caráter de uma pessoa, um conjunto de valores, costumes, ou uma disposição de normas que são seguidas e respeitadas.

Através de nossas atitudes influenciaremos outras pessoas, e assim é a ética que praticamos em qualquer setor de nossas vidas. No mundo contemporâneo, torna-se virtuoso levar mui-

tas variáveis em consideração. Tornar-se e ser ético é aprender a reagir educadamente, e exige uma vigília de si mesmo constante.

Educação

Educar, “educare” vem do latim, que significa “conduzir para fora”, descobrir algo. A educação está bastante relacionada à ética, ao sentido comportamental, de hábitos adquiridos. A instrução escolar é apenas uma pequena parte do sentido da educação. É um processo reconhecido de formação permanente.

A educação é levantada como principal combustível para a diminuição das desigualdades tanto sociais como econômicas. No campo social, a educação é a base da tecnologia, é a base do poder de adquirir ferramentas para o desenvolvimento. A educação também dá acesso ao mercado de trabalho mais qualificado, tornando sustentável uma vida melhor. A educação, ainda, é redutora da violência e pela ampliação do diálogo.

O que acontece, infelizmente, muitas vezes, é a falta de preocupação por parte de educadores com as condições e implicações econômicas, com o retorno dos investimentos na educação. O processo formador permanente que é a educação deve ser ético e deve ser viável de um ponto de vista econômico, uma vez que a economia é a sustentação dos inúmeros projetos de uma sociedade. A educação não deve aceitar, nem mesmo no campo teórico, ser apartada dos valores éticos de uma sociedade. A educação não é uma técnica, não é completamente mensurável, é histórica, como todos os campos do saber, inclusive a matemática e a biologia, é também fruto de uma decisão moral e de valores éticos.

Os alunos têm direito a ter uma educação de qualidade. É imprescindível que o professor cumpra as regras e normas da nossa educação. Para que seja prazeroso e os objetivos sejam alcançados, é inadmissível apenas pensar em ensinar somente o conteúdo de determinada disciplina, é necessário investir no aluno para que ele se desenvolva, tornando-se crítico diante do que vê e lê, o aluno precisa questionar, deve ser o autor de sua própria história, deve sair da plateia e ir ao palco. Este o grande poder que o professor tem sobre seus alunos.

Saberes docentes

Só se aprende a ser professor na prática. Quem auxilia no entendimento das relações entre saberes docentes e representações sociais é Jovchelovitch (2007, p. 87), que concebe as representações sociais como uma teoria e como um fenômeno. É uma teoria que, segundo a autora, “oferece um conjunto de conceitos articulados que buscam explicar como os saberes sociais são produzidos e transformados em processos de comunicação e interação social”.

Enquanto fenômeno, as representações sociais se referem:

... “um conjunto de regularidades empíricas compreendendo as ideias, os valores e as práticas de comunidades humanas sobre objetos sociais específicos, bem como sobre os processos sociais e comunicativos que os produzem e reproduzem” (JOVCHELOVITCH, 2008, p.87).

Para realizar um trabalho docente complexo e desafiador, o professor tem que recorrer a uma multiplicidade de saberes, seja os que constituem a sua área de especialidade – ligados diretamente aos conteúdos, seja os que se vinculam às ciências da educação. Mas há ainda os saberes didáticos, os curriculares, os que se referem ao contexto da prática educativa, à aprendizagem, os experienciais.

Os sete saberes necessários à educação do futuro, de Morin (2001) são: as cegueiras do conhecimento – o erro e a ilusão; os princípios de um conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão e a ética do gênero humano.

O que interessam professores que apenas servem para reproduzir conceitos? O importante hoje é formar educadores que sejam capazes de democratizar a cultura e criar indivíduos autônomos em sociedades democráticas. O educador tem por obrigação ser uma pessoa coerente e confiável, onde o aluno possa encontrar alguém para conversar, que respeite regras mínimas, representando assim uma garantia de lei.

O reconhecimento do papel do trabalho docente é apontado nas representações dos professores em três dimensões, a considerar: ser agente de transformação; organizar o trabalho pedagógico e os limites da profissão. Esta configuração abrange desde ações docentes de organizar e participar da construção significativa de uma escola, a retratos de grande insatisfação dos professores no que concerne aos limites da profissão.

Os resultados desta investigação revelam que as representações sociais de professores acerca do trabalho docente são orientadas pelos objetivos de promover a formação ética dos discentes, assim como desenvolver uma prática pedagógica significativa. No que tange às imagens atribuídas ao papel do trabalho docente, estas estão delineadas na figura do professor contributivo, pois este é configurado como um agente de transformação social que se depara com a necessidade de superar limites no cotidiano da ação docente.

Para isso, o educador deve assumir uma prática pedagógica que pergunte às pessoas quem elas são, que se abre a ouvi-las dizer como elas desejam e não desejam ser; em que mundo querem viver; a que mundo de vida **social estão dispostas a ser preparadas para preservar, criar ou transformar. Em um plano mais amplo, a educação deve criar** condições para que o sujeito crie solidariamente o mundo social da crescente plenitude dos direitos humanos, estendidos a todos em todas as suas dimensões. Apenas no contexto deste quadro universal, em que somos sujeitos criadores e críticos de nossos mundos de vida cotidiana e dos rumos de nossos destinos e da história que fundamos, é que faz sentido sermos, também, uma força de trabalho, um profissional competente (FREIRE 1992, p. 9).

Considerações finais

A educação, a ética e o trabalho docente têm em comum preparar para a ação humana. Se a ética corresponde ao conjunto de virtudes que sustentam o ser humano, ou o conjunto de valores que formam sociedades, a educação também se identifica com os valores na medida em que vai construindo as ferramentas que permitem uma melhor sustentação no mercado de trabalho, na universidade, nos órgãos decisórios, e permite uma melhor relação com o outro no mundo. O trabalho docente é justamente a construção de si em vista do outro, é atitude passiva e ativa. Devemos tomar decisões que não foram validadas por nós e construir outras, às vezes contrárias às primeiras, às vezes apenas diferentes. Ainda que não se tenha nenhum conhecimento teórico no campo da ética, da educação e trabalho docente, como são essencialmente do domínio prático, que visam à ação humana, nenhum conhecimento é já um conhecimento. O não saber é já um saber e não decidir é já uma decisão.

Em todos os setores, e na educação, é necessário evidenciar a importância da ética. Necessitamos de profissionais com integridade, verdade, que realmente desejam o melhor para o outro, que sejam envolvidos e busquem cumprir regras que trarão benefícios aos alunos e para a sociedade. A ética na educação traz uma educação comprometida, de qualidade e forma ci-

dadãos de responsabilidade com princípios e valores. Quando profissionais da educação visam trabalhar para o bem comum, com os olhos voltados para seus alunos como ser humano individual, eles acabam trabalhando em prol da formação dos alunos que, aos poucos, tornam-se parte ativa e participativa da sociedade.

Professores comprometidos com a ética influenciam eticamente seus alunos, dando sua contribuição na transformação da sociedade, isto é um trabalho docente digno de aplausos, permitindo que tenhamos uma educação com tempero, preocupada com o desenvolvimento completo de crianças e jovens, provocando uma grande mudança no futuro da sociedade.

Destacamos ainda que diante dessa denúncia da precarização do trabalho docente como um desafio a ser enfrentado, emerge o papel de agente de transformação, o qual, por sua vez, conflui para o objetivo de apontar caminhos para a formação para a vida, a cidadania e o mercado de trabalho. Desse modo, apesar dos limites enfrentados no exercício profissional, há o reconhecimento da potência do trabalho docente quanto à possibilidade de transformação da realidade e a dimensão formativa e crítica dessa ação. E isto exprime uma força relevante, haja vista que os aspectos de formação e transformação da realidade social estão imbricados enquanto ações que se retroalimentam.

Portanto, é pertinente percebermos que na contrapartida da demonstração de insatisfação diante das condições em que o trabalho docente é desenvolvido, há a proclamação do potencial transformador e formativo da ação educativa por meio de práticas significativas. Consideramos que para a superação dos limites ora apontados faz-se pertinente o engajamento na busca da valorização do trabalho docente, e isto só é possível por meio da luta da categoria.

Referências

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CORTELLA, Mario Sergio. Qual é a tua obra?: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 9ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**. Formar-se para a mudança e a incerteza. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JOVCHELOVITCH, J. (2007). **Os contextos do saber, representação, comunidade e cultura**. Petrópolis: Editora Vozes.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, + comunidade e cultura**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes. 2008, p. 78-126.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília, 2001.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 18. ed. São Paulo: Autores Associados, 1987.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 3. ed. Rio de Janeiro: 1978.

Artigo recebido em 30/10/18. Aceito em 10/12/18.

PLANEJAMENTO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Planning in the lessons of physical education

Augusto Conti¹

Diego Ricardo¹

Bruno Mendes¹

Talita Santos Cornélio¹

Resumo: O planejamento na Educação Física é uma forma eficaz para o bom desenvolvimento das aulas, tratando-se de ações planejadas para alcançar os objetivos propostos. Esse texto objetiva demonstrar a importância do planejamento na Educação Física escolar. Diante disso, percebemos a importância do planejamento nas aulas de Educação Física escolar e também como selecionar os conteúdos da Educação Física. Portanto, o planejamento na Educação Física escolar é tão importante quanto as outras disciplinas, pois a partir do planejamento podemos traçar metas a serem alcançadas daquilo que queremos realizar no futuro. Percebemos que o professor de Educação Física deve saber conduzir sua aula, ser flexível no trato com a metodologia, deve sempre contribuir para o aprendizado do aluno, nesse sentido cabe a ele perceber se o conteúdo está sendo transmitido corretamente, mudando sua metodologia sempre que for necessário, até chegar no nível de transmissão do conteúdo e assimilação do mesmo por parte dos alunos, pois os alunos não vêm para a escola sem saber algo, eles já possuem um conhecimento através de experiências.

Palavras-chave: Planejamento. Educação Física. Aprendizado.

Abstract: Planning in Physical Education is an effective way for the good development of the classes, being actions planned to reach the proposed objectives. This text aims to demonstrate the importance of planning in school physical education. In view of this, we perceive the importance of planning in the classes of Physical Education at school and also how to select the contents of Physical Education. Therefore, planning in school physical education is as important as the other disciplines, because from planning we can set goals to be achieved of what we want to accomplish in the future. We believe that the Physical Education teacher should know how to conduct his / her class, be flexible in dealing with the methodology, should always contribute to the student's learning, in this sense it is up to him whether the content is being transmitted correctly, changing its methodology whenever it is necessary, until reaching the level of transmission of content and assimilation of the same of the students, because the students do not come to school without knowing something, because the students already have a knowledge through experiences.

Keywords: Planning. Physical education. Learning.

Introdução

Esse trabalho mostrará que para tudo em nossa vida é preciso antes planejar: em casa com as nossas contas, se pretendemos fazer uma viagem, ao abrir um negócio, enfim, para obtermos sucesso em nossas vidas em qualquer que seja o projeto, planejar sempre é o melhor caminho, e na área da educação não pode ser diferente. O professor precisa planejar suas aulas sempre para que no final garanta o desenvolvimento tranquilo e alcance o objetivo do processo educacional.

O professor de Educação Física precisa se planejar, em alguns casos, até mais do que os outros, necessita se programar bem antes de suas aulas para acabar com a tendência de que o professor de Educação Física não faz nada, que só dá a bola para seus alunos jogarem e também

1 Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - no 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281 – Site: www.uniasselvi.com.br

porque nem sempre são oferecidas a esta disciplina as condições necessárias para realização das aulas, pois muitas escolas nem quadra têm e cabe ao professor vencer esses obstáculos. Para isso devemos planejar, já que mesmo planejando o trabalho é difícil, agora imagine sem planejamento, com certeza o sucesso da aula será prejudicado.

O que é o planejamento?

Quando falamos em planejamento, temos que estar cientes do que pretendemos alcançar e aquilo que queremos realizar no futuro. Para termos sucesso, o planejamento deve abranger todos os fatores que influenciam no processo de ensino-aprendizagem, como: público-alvo, visando sempre a realidade em que os educandos estão inseridos, recursos didáticos, metodologia a ser aplicada, além de apresentar flexibilidade para contemplar as situações que ocorrerem durante as aulas.

Devemos colocar o planejamento em prática o mais rápido possível, pois ele é a concretização do pensamento. Planejar é preciso para poder conseguir as transformações necessárias para uma educação de qualidade. Nesse processo, o educando vai adquirindo cada vez mais conhecimentos e experiência com aquilo que aprende, e o educador buscando cada vez mais ter uma visão maior do conhecimento, para assim somar muito mais com a aprendizagem de seus alunos.

Segundo Celso Vasconcelos (2009): “Tendo em vista o caráter emancipatório que buscamos, o que nos interessa nesse trabalho é o conceito integral de planejamento, como aquele já explicitado: Planejar não é, pois, apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo que se pensou”.

O processo de ensino-aprendizagem está pautado na construção de conhecimentos adquiridos da inter-relação entre o educando e o educador em suas atividades diárias. Segundo Paulo Freire (2003, p.47): “Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua produção ou a sua construção. Quem ensina, aprende ao ensinar, e quem aprende, ensina ao aprender”.

A importância do planejamento para o professor de educação física

É claro que para ter uma aula de qualidade, antes de tudo o professor tem que planejar, o professor com planejamento em mãos sempre estará à frente e seguro, pois está tudo pronto, apenas irá colocar em prática, além de demonstrar que não está ali só por estar, sem preocupação com o conteúdo dado aos seus alunos.

O planejamento deve ser feito, pois sem ele o professor não terá um espelho a seguir, se houver algo a ser melhorado, o responsável, analisando a situação, terá tempo de dar a sugestão ao professor para que sua aula seja mais bem aproveitada. Mas para que isso funcione a escola deve cumprir com suas responsabilidades com os professores, fazendo reuniões, promovendo encontros pedagógicos, assim, cada um poderá mostrar suas dificuldades e dar sugestões para o planejamento.

Segundo Celso Vasconcelos (2009, p.86): “Fala-se muito, no interior da escola, do planejamento como processo, porém é clara a percepção dos professores de que este processo acaba não acontecendo. Alguns educadores já ganham clareza de que o plano de aula não vai funcionar magicamente, e denunciam a falta de compromisso por parte dos agentes”.

Ao executar uma aula é preciso que esteja planejado tudo aquilo que será colocado em prática, lembrando que sempre necessitamos de novas técnicas e ideias, por isso, o planejamento é fundamental para produzirmos uma aula com qualidade. É preciso compromisso, responsa-

bilidade e competência para a prática na atividade educacional, ver os erros e consertá-los é de fundamental importância no trabalho pedagógico que é feito no planejamento.

A escola, os professores e alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no ambiente escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classe. Isso significa que os elementos do planejamento escolar – objetivos-conteúdos-métodos – estão recheados de implicações sociais, têm um significado genuinamente político. Por essa razão, o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções; se não pensarmos didaticamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes da sociedade.

Planejar ajuda a concretizar, aqui se almeja (relação teoria-prática), porém, para que isso aconteça precisamos mudar essa situação em relação à educação no ato de planejar, pois o que se nota é que alguns professores têm aversão ao planejamento, acham que é perda de tempo, que já sabem tudo o que vão passar para seus alunos. Fica claro que os professores não se interessam em planejar, ou seja, quando são convocados para o planejamento, pois para eles não há necessidade, até porque o que é desenvolvido no mesmo nada acontece na prática, e acabam participando por terem que cumprir horário e as burocracias da escola.

É muito comum os ver questionando: Para que planejar? Dizem que é a mesma coisa sempre, que já sabem o que devem ensinar e que algumas disciplinas não mudam. Geralmente não buscam inovar, serem mais criativos e dinâmicos para tornar suas aulas mais interessantes, por isso é que, para podermos direcionar possibilidades e necessidades de mudanças, precisamos, antes de qualquer iniciativa, de professores realmente comprometidos com a educação e que sonhem com o desejo de mudança.

Planejamento da educação física para a qualidade da aula

O plano de aula no ensino teórico é crucial para que o professor consiga realizar uma transformação mais próxima da realidade ao se tratar da prática. Isso ocorre em função de uma questão relacionada ao interesse e à complexidade da ação ser desenvolvida. O principal objetivo do planejamento é dominar e saber como serão conduzidos os métodos de ensino, as ações e as aplicações, tanto do professor quanto da escola.

Além disso, o professor deve saber conduzir a aula, sendo flexível ao ponto de mudar o plano de aula ao perceber que a matéria não está sendo transmitida corretamente. Os métodos utilizados pelo professor, por exemplo, brincadeiras e diversões, podem ser positivos para o aprendizado do aluno. Exercícios e tarefas são fundamentais para que possa haver a fixação da matéria. Desse modo, o professor pode avançar com uma matéria nova e utilizar a matéria antiga como suporte. As ações feitas pelos professores devem partir das mais simples até as mais complexas, na tentativa de transformar e melhorar suas vidas ou as das pessoas que estiverem neste ciclo. Ainda que haja um plano para aulas, o ensino que será passado durante as aulas pode influenciar positivamente ou negativamente fora do contexto escolar. Por isso, é importante que o professor instigue o aluno a tirar suas dúvidas durante a aula.

Quando falamos em metodologia de ensino, temos que ter em vista essas três funções: Objetividade: O plano deve obter um objetivo possível de acordo com as possibilidades de ensino, materiais escolares e na vontade de aprender dos alunos. Pode haver algum entrave em relação ao ensino, porém, é necessário que todos saibam o ensino segundo o contexto prático.

Coerência: Para ter um resultado excelente, o professor deve ser coerente nos métodos e nas avaliações. O ensino deve obter e seguir a mesma linha de raciocínio lógico de tal forma que consiga desenvolver os trabalhos propostos.

Flexibilidade: Ainda que haja o mesmo plano de ensino, o professor pode utilizar várias ações para se chegar ao mesmo lugar. Por isso é necessário que se tenha a flexibilidade nos métodos.

A importância do planejamento físico

O planejamento é considerado uma peça-chave para o alcance de qualquer objetivo profissional. Ele é responsável por nortear a realização de suas atividades, bem como de suas ações, sendo imprescindível na carreira de um professor.

Professores de Educação Física que se comprometem a fazer o planejamento de aula possuem mais chances de obter êxito no processo de aprendizagem dos seus alunos, de modo que sejam evitadas aulas monótonas, desestimulantes e desorganizadas.

Segundo Libâneo (1990), a função do planejamento tem em vista coordenar as ações dos professores dentro da sala de aula, através dos conteúdos, métodos de ensino e dos objetivos tanto da escola como objetivos do planejamento.

Perspectivas e os benefícios para o aluno

O professor que faz um planejamento vai buscar ter cada vez mais conhecimento e ganhar mais experiências, estudando e se atualizando no mercado. É lógico que o aluno só tem a ganhar!

Um ponto que vale a pena ressaltar é colocar em prática o que ouvimos e lemos na teoria. Não trabalhamos com receitas de bolo, equações matemáticas, onde simplesmente executamos o que lemos. Portanto, quando planejamos as aulas, estudamos e nos atualizamos mais. Essa experiência nos faz observar o quanto na prática aquele exercício, sequencia pedagógica e até mesmo uma simples instrução deram certo, ou precisamos recorrer ao plano B. O aluno é muito observador, avaliador e exigente. O professor fica em processo de avaliação o tempo todo, buscando compreender o contexto bio-psico-social que envolve a relação individual e coletiva.

Segundo Libâneo (1990), outra função do planejamento é articular o contexto do seu plano de aula, alterar, modificar se necessário sua didática, para melhor assimilação dos alunos, e com isso, uma melhora no processo de resolver problemas na sua vida social.

Como planejar uma boa aula de educação física?

Praticar exercícios físicos ainda em idade escolar ajuda no desenvolvimento do corpo e do intelectual das crianças e dos adolescentes. Como tantos benefícios, a aula de Educação Física não é apenas o momento em que o aluno se exercita. É também a hora em que ele aprende valores como o trabalho em equipe, persistência e dedicação.

Para que os alunos tenham uma experiência satisfatória quando estão fazendo aula de Educação Física, é importante o planejamento. É por meio dele que o professor consegue elaborar uma boa aula e, conseqüentemente, transmitir da melhor forma os valores presentes na prática esportiva.

Conhecer o perfil da turma e ter bom senso são a chave de uma boa aula de Educação Física. Alinhar o planejamento da aula, objetivos dos alunos, e orientar exercícios adequados condizem com um bom planejamento.

Planejamento coletivo: Quando planejamos coletivamente com nossos alunos, por exemplo, perguntar a eles que esportes gostam mais, podemos verificar o que eles gostam de fazer e o que eles gostariam de aprender. Por isso podemos dedicar, por exemplo, uma aula no

mês para conversar com eles e entendê-los.

Participação ativa: Para uma boa aula de Educação Física, o professor deve se utilizar de todos recursos disponíveis para o sucesso da aula.

Podemos dizer que a aula envolve todas as situações didáticas, onde se apresentam os objetivos, os conhecimentos, os problemas e desafios enfrentados na aula, com fins instrutivos e formativos, que movem as crianças e jovens ao aprendizado.

Tipos de aula e métodos de ensino

Cabe ao professor de Educação Física dominar o conteúdo transmitido por ele, e também ter consciência de que seu processo metodológico pode ter influência externa, mas que essas influências não eliminam os princípios da função do planejamento. Em primeiro lugar, o plano é um guia de orientação, pois nele encontramos os meios para o trabalho docente, e possibilita a flexibilidade do plano de aula, conforme o processo de ensino que precisa de modificações no decorrer do tempo.

Em segundo lugar, a ordem sequencial: para um aprendizado são necessárias etapas, passo a passo conforme as possibilidades da ação docente. Em terceiro lugar, temos que considerar a objetividade: o plano de aula deve seguir um objetivo possível, tanto das possibilidades de ensino, dos alunos e de materiais da escola, não fazendo com que os alunos compreendam essa limitação, e a ação do docente é trabalhar em cima dessa limitação para fazer com que os alunos pensem essas condições reais. Em quarto lugar, deve dar-se coerência: coerência entre todos os objetivos, conteúdos e métodos de ensino, pois todos esses elementos devem seguir a mesma linha de pensamento, devem seguir uma via reta, para fazer com que o aluno tenha sua fonte de pensamento. Para obtermos um trabalho mais eficiente, devemos, ao longo do ano letivo, fazer avaliações, tanto da aprendizagem dos alunos tanto do método utilizado para desenvolver esses conteúdos trabalhados.

E por último, a flexibilidade: que no período do ano letivo o plano de aula serve para ter uma direção de ensino, e não uma linha a seguir engessada, por exemplo, o mesmo plano de aula serve para classes diferentes, mas nem sempre vamos seguir a mesma articulação, por isso deve acontecer uma flexibilidade no plano, modificar sempre que necessário para aperfeiçoá-lo.

Com isso encontramos três tipos de plano: Plano da escola, o Plano de ensino e o Plano de aula. O plano da escola trata-se de um documento mais amplo, interligado à escola com sistema escolar, o projeto pedagógico da escola. O plano de ensino é um documento elaborado para o ano letivo, ou para um período que é essencial para o trabalho docente, possibilitando uma sequência de conteúdos objetivos e desenvolvimento do conteúdo metodológico. O plano de aula, especificamente, é o desenvolvimento do conteúdo estabelecido no plano de ensino.

Por isso, o planejamento está interligado entre a direção, coordenação de ensino, organização e elaboração, visando o fato de ser revisto sempre que possível, assim o professor vai ganhando experiência nas situações de ensino, sempre anotando nos planos novos conhecimentos, para cada vez mais aperfeiçoar sua ferramenta de trabalho.

Considerações finais

Através dessa pesquisa podemos identificar a importância de ter que estudar sempre, mesmo depois de formados, na área da Educação Física é necessário se atualizar sempre. É de nossa responsabilidade lidar com a saúde física dos nossos alunos. Por isso, traçar um planejamento para suas aulas será o diferencial para passar toda a segurança ao aluno, enriquecer suas aulas com dinamismo e também com exercícios coerentes. Além de aprimorar a sua didática

com uma boa sequência pedagógica, com o uso dos seguintes meios: explicações verbais, demonstrações e decomposições de exercícios.

Enfim, como para qualquer projeto que iremos realizar durante nossas vidas, é necessário planejar-se com antecedência, sempre levando as coisas positivas e negativas encontradas em tal projeto. Na escola também é assim, para que o professor tenha êxito na difícil missão de ensinar os conteúdos propostos e assim tornar suas aulas mais atrativas, precisa planejar suas aulas, estar sempre se atualizando, pois o mundo muda o tempo todo e o processo de ensino-aprendizagem não pode ficar para trás.

Quem não planeja suas aulas acaba emperrando o desenvolvimento da educação no país, com aulas monótonas e sem objetivos claros, contribuindo para o fracasso da formação da população. Na disciplina de Educação Física não pode ser diferente, chega de o professor só dar bolas para que os alunos pratiquem algum esporte. Precisamos de educadores que levem a sério a disciplina, e isso passa pelo planejamento.

Referências

ARROYO, M. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Link de acesso: <https://professoresherois.com.br/arroyo-miguel-g-oficio-de-mestre/> Acesso em: 4 abr. 2018.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 2016. Disponível em: blogeducacaofisica.com.br/planejamento-da-educacao-fisica/. Acesso em: 3 abr. 2018.

CAMPAGNA, J.; SCHWARTZ, G. M. Educação e competência: o ensino reflexivo na Educação Física. **EFDportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, n. 109. Disponível em <http://www.efdesportes.com/efd109/educacao-ecompetencia-o-ensino-reflexivo-na-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 5 abr. 2018.

FREIRE, P. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA - saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Planejamento**: métodos do ensino para qualidade da aula. 1990. Disponível em: <http://www.blogeducacaofisica.com.br/planejamento-daeducacao-fisica/>. Acesso em: 5 abr. 2018.

VASCONCELOS, C. **Planejamento**: projeto de ensino político metodológico para elaboração. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

Artigo recebido em 30/10/18. Aceito em 10/12/18.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: ELENOR KUNZ

Pedagogical practices in physical education: Elenor Kunz

Flávia Batista Pazonotto¹
Lucas Cavalheiro dos Reis¹
Pâmela da Cunha Cavalheiro¹
Simone Cunegatto Camargo¹
Fernanda Gabriela Rateke¹

Resumo: As possibilidades de se abordar o tema práticas pedagógicas da Educação Física escolar são muito amplas, devido à grande variedade de escritores. Nesse trabalho falaremos sobre a prática de Elenor Kunz, uma vez que a pedagogia do esporte é compreendida como uma práxis social na qual as ações fazem parte do processo de ensino, da vivência e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos e sua relação com a formação absoluta do indivíduo. Desta forma, vamos analisar uma abordagem que se caracteriza como crítico-emancipatória, estruturada pelo professor Elenor Kunz, onde o mesmo afirma que o aluno enquanto sujeito do processo de ensino deve ser capacitado para sua participação na vida social, cultural e esportiva, o que significa a aquisição de uma capacidade de ação não somente funcional, mas também de reconhecer e problematizar sentidos significativos nesta vida, através da reflexão crítica. Neste sentido, são muitas as possibilidades de atuação, pois o modo como o professor Elenor Kunz realiza estas mediações da criança/aluno com os conteúdos curriculares e com o meio social depende, sobremaneira, da sua formação e, portanto, das concepções de homem, sociedade, cultura, criança, infância, escola que orientam sua prática. Assim, considerando a multiplicidade de caminhos a serem trilhados no âmbito destas relações, parece que, demonstrando e estimulando a importância da educação física escolar, esse tema sugere não apenas estudo, mas debate e aprofundamento teóricos, dadas as características da sociedade atual, com relevância no contexto da realidade escolar.

Palavras-chave: Educação Física. Adaptações no esporte. Ludicidade.

Abstract: The possibilities of addressing the pedagogical practices of school physical education are very broad due to the great variety of writers, in this work we will talk about the practice of Elenor Kunz. Since the pedagogy of sport is understood as a social praxis in which actions are part of the teaching process, the experience and learning of collective sports games and their relation to the absolute formation of the individual. In this way, we will analyze an approach that is characterized as critical-emancipatory, structured by Professor Elenor Kunz, where he affirms that the student as subject of the teaching process must be enabled for his participation in social, cultural and sports life, which means acquiring a capacity for action that is not only functional, but also recognizing and problematizing meaningful meanings in this life through critical reflection. In this sense, there are many possibilities for action, because the way in which teacher Elenor Kunz performs these mediations of the child / student with the curricular contents and with the social environment, depends, in particular, on their formation and, therefore, on the conceptions of man, society, culture, child, childhood, school that guide their practice. Thus, considering the multiplicity of paths to be pursued in the context of these relations, it seems that demonstrating and stimulating the importance of school physical education, this theme suggests not only a study, but also theoretical debate and deepening given the characteristics of the current society, with relevance in the context of school reality.

Keywords: Physical education. Adaptation in sport. Playfulness.

Introdução

Trabalharemos com algumas abordagens de estudos desenvolvidos pelo professor e teórico Elenor Kunz, um pedagogo e professor universitário brasileiro, especializado em educação física e pedagogia do esporte. Formou-se pela Faculdade de Educação Física de Cruz Alta e concluiu mestrado na Universidade Federal de Santa Maria. Fez doutorado e pós-doutorado no

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - no 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281 – Site: www.uniasselvi.com.br

Instituto de Ciências do Esporte da Universidade de Hannover, na Alemanha. É conhecido por sua visão e abordagem crítico-emancipatória, onde o mesmo define movimento como a ação em que o sujeito, pelo seu “se-movimentar”, se introduz no mundo de forma dinâmica e através desta ação percebe e realiza os sentidos/significados para o seu meio.

O ensino crítico defendido por Kunz possibilita que os alunos passem a compreender a estrutura autoritária dos processos institucionalizados da sociedade e que formam as falsas convicções e interesses.

O objetivo da escola em movimento não é aumentar as condições motoras dos alunos, mas proporcionar um modo mais espacial de vivência para eles. Os alunos trazem consigo concepções de movimento, preferências e experiências e é necessário que a escola absorva tais conhecimentos. Muitas são as possibilidades de atuação do professor de Educação Física, e o modo como organiza sua prática está diretamente relacionado às suas percepções enquanto homem, mundo e sociedade, bem como as percepções em que está pautada a instituição escolar na qual está vinculado.

Fomentações da capacidade crítica dos alunos, segundo a pedagogia de Elenor Kunz

No livro: *Transformação Didático-Pedagógica do Esporte* (2004) Elenor Kunz (2004) faz uma ampla reflexão sobre a possibilidade de ensinar os esportes pela sua transformação didático-pedagógica, tornando o ensino escolar uma educação de crianças e jovens para a competência crítica e emancipada, redimensionando o sentido educacional e as formas práticas de se ensinar Educação Física e esportes.

Busca-se a autonomia dos alunos nas aulas de Educação Física, autonomia esta que não deve ficar somente nas aulas, mas sim, formar o indivíduo que usufrua, no seu tempo livre, dos conteúdos aprendidos nas aulas de Educação Física para toda a vida. O ensino deve ser de libertação de falsas ilusões, de falsos interesses e desejos que são construídos nos alunos, a partir de conhecimentos colocados à disposição pelo contexto sociocultural onde vivem. Visão originária de um mundo regido pelo consumo, pelo mais bonito, pelo melhor e pelo correto. O ensino deve confrontar essas falsas visões de mundo; libertar-se da coerção imposta por parte do professor e do conteúdo que se ensina.

Essa libertação no sistema escolar deve ser pelo esclarecimento e pelo desenvolvimento de competências como a autorreflexão, possibilitando libertar-se da coerção. O conteúdo principal é o movimento humano que propõe três competências: social, objetiva e comunicativa.

Social: desenvolve-se pela tematização das relações socioculturais do contexto em que vive, dos problemas e contradições das relações, os diferentes papéis que os indivíduos assumem na sociedade e no esporte.

Objetiva: o aluno precisa receber conhecimentos e informações racionais e eficientes, precisa aprender estratégias para agir de forma competente.

Comunicativa: a linguagem verbal é apenas uma das formas de comunicação do ser humano, sendo que as crianças se comunicam muito pelo seu “movimentar”, pela linguagem do movimento.

Não se elimina o interesse do movimento que é específico do esporte, da aprendizagem motora, da dança ou das atividades lúdicas, porém, coloca-se o estabelecimento dos objetivos para desenvolver a competência de autonomia. O movimento, assim, não é objeto, mas sim meio de precondição para experiências humanas mais ricas e variadas.

A educação física que se tem atualmente faz com que jovens e crianças sejam indesejados, frustrados e forçados a fazer algo que para eles não tem o menor significado. É de responsabilidade da educação física proporcionar algo às crianças para que se sintam integradas socialmente, importantes para o grupo e necessárias nas atividades de que participam.

A pedagogia crítica-emancipatória defendida por Kunz estimula os jovens a desenvolverem uma consciência esclarecida que determine a sociedade em que vivem, ao invés de serem determinados por ela. As atividades com movimento ultrapassam as perspectivas da educação física e encontram lugar em todas as áreas da escola, salas de aula, pátio e corredores. Deve ser levado em consideração o contexto da escola, suas condições, e deve haver também uma abrangência muito maior de atividades que envolvam movimentos.

A tarefa da educação física é justamente promover condições para que estas estruturas autoritárias sejam suspensas, encaminhando o ensino no sentido de uma emancipação através do uso da linguagem.

O papel do professor na concepção crítico-emancipada confronta num primeiro momento o aluno com a realidade do ensino. Sendo assim, a forma de ensinar pela transparência de limites pressupõe três fases:

- Os alunos descobrem pela própria experiência manipulativa as formas e meios para uma participação bem-sucedida em atividades de movimentos e jogos;
- Devem manifestar pela linguagem ou representação cênica o que experimentaram e o que aprenderam numa forma de exposição;
- E por último, o aluno deve aprender a perguntar, a questionar sobre suas aprendizagens e descoberta, com a finalidade de entender o significado cultural do que aprendeu.

A emancipação é entendida como o processo que medeia o uso da razão crítica e todo o seu agir social, cultural e esportivo, desenvolvidos pela educação. Deve ser possível aos alunos um estado de maior liberdade e conhecimento de seus verdadeiros interesses. Sendo assim, aprendida a transcendência de limites, o aluno se torna capaz de inventar movimentos e jogos com sentido para aquela situação.

O professor então deverá promover o “agir comunicativo” entre seus alunos para expressar entendimentos do mundo social, subjetivo e objetivo. Havendo também a interação nas tomadas de decisões, formulação e interesses e problematização do esporte.

Adaptações dos esportes do Ensino Fundamental, descentralizando a competitividade e o rendimento

Para ensinar os esportes aos alunos, deve-se observar as experiências anteriores dos alunos na modalidade que se pretende ensinar, as influências e expectativas do esporte normatizado e clubístico, as condições locais e materiais da escola para o ensino da modalidade, e ainda a própria organização do ensino e da escola.

O esporte passa por uma “análise de sentido”, em um trabalho conjunto entre professor e alunos. Na educação de crianças, há sempre uma grande preocupação com o desenvolvimento da sua identidade. O desenvolvimento da identidade exige uma conduta explorativa em que as crianças devem aprender que todas as coisas têm uma função fixa, e que para uso e manuseio correto, há a necessidade de adquirir certos conhecimentos.

O ensino deve fomentar a capacitação dos alunos para um agir solitário. Interação entre alunos, alunos-professor e a relação aluno-professor não pode acontecer sem a participação da linguagem, seja ela falada, por gestos ou por imitação.

O esporte trabalhado por meio de combinação de regras de adaptação deve ser de espaço, de adaptação de movimentos e de adaptação de quantidade dos participantes. Trata-se então, segundo Kunz (2004, p.33), de adaptar o esporte para o âmbito escolar atual, de acordo com os preceitos curriculares contemporâneos. Apesar da ideia muito comum de que “ensinar um esporte” é apenas ensinar a praticá-lo, já existe a compreensão e a necessidade de que a teoria, prática esportiva enquanto parte do conteúdo a ser ensinado na escola deve ser mediada por uma

teoria pedagógica crítica, reconhecendo o esporte como um fenômeno socialmente produzido.

Para Kunz (2004), a escola reproduz nas aulas o modelo de esporte desprovido de reflexão e tematização, e que a realidade escolar tem mostrado que os professores de Educação Física encontram dificuldades em modificar suas práticas pedagógicas no ensino do conteúdo de Esportes, ou seja, há um distanciamento entre as proposições críticas e a intervenção nas aulas de Educação Física.

Como exemplo de transformação didática pedagógica, Kunz (2004, p. 22) diz:

No atlestimo o professor oportuniza experiências práticas como correr, saltar, lançar e arremessar. Isso não tem nada a ver com o ensino teórico desses elementos na forma requerida em competições de atletismo. Não se perde, no entanto, a tração e o estímulo na realização prática dessas atividades. O que torna o esporte atrativo e que deve permanecer esse seu ensino, é que todos os alunos, independente de cada um, terão possibilidades de atualizar experiências em movimentos esportivos que somente um “expert” consegue realizar.

É muito importante a observação da linguagem nas aulas de Educação Física, tanto a linguagem do movimento (expressão corporal), quanto a linguagem comunicativa verbal. Sendo assim, o aluno vai conseguir, através da linguagem, entender, interpretar e criticar o fenômeno esportivo, que se insere na sociedade de maneira aberta a possibilidades de inserção do indivíduo no meio social. Devem existir condições de possibilidade que permitam uma livre e espontânea forma de se expressar. Ele cita o exemplo da tematização da dança e da atividade lúdica, que é a expressão da natureza sensível, comunicativa, alegre e prazerosa do aluno e é possibilitada nas aulas de Educação Física.

O professor deverá promover o agir comunicativo entre seus alunos, usando a linguagem para expressar entendimentos no mundo social, subjetivo e objetivo. Para que todos possam praticar em todas as instâncias de decisão, e agir de acordo com as situações e condições do grupo em que estão inseridos.

Que os alunos descubram, pela própria experiência manipulativa, as formas e meios para uma participação bem-sucedida em atividades de movimentos e jogos. Que os alunos sejam capazes de manifestar, pela linguagem ou pela representação cênica, o que experimentavam e o que aprenderam numa forma de exposição que todos pensam aprender.

Na escola é preciso resgatar os valores que verdadeiramente socializam, privilegiam o coletivo sobre o individual, a solidariedade e o respeito humano, e compreender que o jogo se faz com o outro e não contra o outro.

A técnica, a tática e a abordagem das regras:

A técnica pode ser tratada na perspectiva da resolução de problemas colocados para os alunos, incentivando a descoberta e a pesquisa. Pode ser tratada como elemento de jogo e não algo de fora para dentro. Deve ser aprendida, descoberta e praticada no próprio jogo, fugindo da monotonia de exercícios fragmentados e maçantes. A tática pode não só ser trabalhada na perspectiva da resolução de problemas concretos, mas se configurar em processo desafiador de entendimento e análise de como desenvolver um jogo. Na abordagem das regras deve-se desmitificar a ideia de que são as regras que definem o jogo por si só. O significado central do jogo não é explicado pelas regras, mas é, ao mesmo tempo, algo mais simples e mais amplo. Quando se quer modificar o andamento do jogo, a sua direção, regulação e modelagem, alteram-se as regras. Mesmo trabalhando com regras alteradas, as regras oficiais da modalidade precisam ser conhecidas pelos alunos, sendo apresentadas e experimentadas, para que daí sejam geradas as mudanças.

Propostas lúdicas

A Ludicidade pode se caracterizar como a aprendizagem pelo brincar mediado que proporciona à criança a liberdade em realizar atividades através do brinquedo, dos jogos e das brincadeiras com prazer, naturalidade, criatividade e imaginação e estimulando relações com o outro e consigo mesmo, bem como seu desenvolvimento psicomotor e cognitivo. A palavra lúdico vem de “*ludus*” que significa jogo. Com a evolução do estudo sobre o termo, passou a ser relacionada com a forma de promoção da interação entre o aprender e o brincar no geral de caráter espontâneo. Os brinquedos e as brincadeiras estão presentes desde a primeira infância, quando estimulados pelos pais, e conforme a criança cresce, é na brincadeira, através do brinquedo, que ela se liberta do mundo real de regras e recria um mundo de fantasia, assumindo um personagem de caráter fictício que ela deseja ser.

[...] é importante nunca esquecer que cada criança é individual e assim também são suas memórias, mundos de vida, e as relações também serão estabelecidas de forma diferente, variando de criança para criança. Portanto, cada criança levada a fantasiar e memorizar movimentos, brincadeiras e gestos, fará suas próprias relações e, com isso, diferentes movimentos serão executados partindo de um mesmo estímulo, como ultrapassar uma corda, pois para cada criança a corda será algo diferente e requisitará outra resposta para ultrapassá-la. Assim, algumas crianças rastejarão para passar pela corda, outras pularão com os dois pés, outras pularão com um pé de cada vez, mas todas ultrapassarão a corda, como a atividade pede (KUNZ; SIMON, 2014, p. 379).

Ludicidade na educação

Para Kunz *et al.* (2015), “o brincar da criança é dotado de múltiplos sentidos, um deles é o da comunicação, transformando-se em diálogo e linguagem, sendo um momento de livre expressividade, gestualidade e movimento, em que a criança expressa exatamente o que está sentindo, através do “Se-Movimentar”.

Conforme Kishimoto (2013, p. 37), “o brinquedo propicia diversão, prazer e até desprazer, quando escolhido voluntariamente à função educativa, o brinquedo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo”. Segundo a autora, a excessividade dos “brinquedos educativos” dirigidos a conteúdos específicos tem retirado a naturalidade e o prazer do jogo, ingredientes indispensáveis à conduta lúdica, por isso deva-se haver um controle da indução destes brinquedos aos que a criança preferir brincar de fato. Para Kishimoto (2010), o brincar é um ato livre, que surge a qualquer hora, que não exige condições, mas ensina regras, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário.

A criança quando brinca, vive o faz de contas e o mundo de inversões mesmo que ela esteja ali. Os pais e a escola devem proporcionar condição de espaços e materiais dispostos ao alcance da criança para que ela tome liberdade de tomar decisões e vivenciar novas experiências, sentidos, movimentos e criações. Kishimoto acredita que materiais e brinquedos adequados junto à mediação de um professor sejam essenciais para que o mundo do faz de conta aconteça. “É preciso que o professor entenda a importância da brincadeira de faz de conta e faça mediações, porque um brincar de qualidades só vai acontecer quando tem mediações [...]” (KISHIMOTO, 2013, p. 34).

Ludicidade e competição

As práticas lúdicas na escola seguem um caminho oposto ao da competitividade quando estas, mediadas pelo professor, mesmo com seu caráter educativo, necessitam de uma intervenção e cuidados para impor limites e evitar sua imposição muito cedo em crianças e adolescentes, a fim de não acarretar comportamentos egocêntricos e até mesmo violentos com os menos habilidosos.

Todo jogo, sendo ele recreativo ou esportivo, é acompanhado da competitividade entre equipes ou adversários. A educação física no Brasil iniciou-se com um caráter competitivo voltado para o alto rendimento através dos modelos militaristas e tecnicista da época, e desta forma a escola carregou esta conduta até os dias de hoje, onde a sociedade já é competitiva por si só.

“Se admitimos a competição é porque reconhecemos nela virtudes formativas...”. “[...] o fato de introduzirmos a competição nos programas escolares não significa aceitar para a escola a missão de produzir atletas que assegurem o prestígio nacional, esse é um efeito secundário, porém o objetivo principal é o de estender a todos uma gama tão extensa quanto possível de atividades formativas” (BETTI, 1991, p.54).

A competição na escola deve ser mediada para que tenha o objetivo de promover a interação como uma competição saudável, que leve os alunos a um ambiente crítico e desafiador, buscando a superação de limites mantendo o caráter recreativo e motivador das condutas lúdicas.

Exemplos de brincadeiras e jogos competitivos para crianças com caráter lúdico:

- Pega-pega;
- Vôlei de lençol;
- Corrida com obstáculos de cambalhotas e sequência de pulos;
- Brincadeira do gato e rato;
- Corrida de saci;
- Corre cotia.

Para atuar como mediador, o professor deve sempre buscar atualizações para aplicar suas aulas, inovar seus métodos e atividades e transformar seu pensamento para que a proposta lúdica seja exercida de modo geral a envolver todos os alunos.

Considerações finais

Assim, concluímos este *paper* numa concepção que visa o trabalho de autonomia das crianças, para que o movimento não seja reduzido somente a um conjunto de ações, mas que as crianças possam executar tais movimentos compreendendo e contribuindo em um novo patamar. Isso serve para que todos os professores de Educação Física possam trabalhar o esporte em um âmbito escolar pedagógico e não presos a paradigmas passados, como aptidão física e esportivização. Uma experiência para os alunos descobrirem os meios de uma participação bem-sucedida em atividade de movimentos e jogos, bem como, através das atividades de caráter lúdico que envolvam todas as esferas de aprendizagem, em que o professor possa mediar para incentivar o desenvolvimento psicomotor e cognitivo dos alunos.

Portanto, como futuros professores, concluímos que dentro do âmbito escolar devemos observar as experiências anteriores dos alunos, suas influências, expectativas, condições da escola, dos materiais, da localização, e assim, através de toda essa análise de sentido, adaptar nossas aulas de forma a ajudar a desenvolver a identidade dessas crianças, podendo elas, assim, ter a capacidade para um agir solidário, interação com os colegas e com o próprio professor, sempre prezando o coletivo sobre o individual, a solidariedade e o respeito, e o mais importante: que o jogo dentro da escola se faz com o outro, e não contra o outro.

Referências

- BETTI, Mauro. Educação Física e sociedade. São Paulo: Editora Movimento, 1991. In: **A competição esportiva escolar como componente pedagógico a ser refletida e aplicada nas aulas de Educação Física**. 1991. Disponível em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Fernanda-Carone-Soares-Paulo-Cesar-Montagner.pdf. Acesso em: 7 maio 2018.
- KISHIMOTO, Tisuko. **A importância do brincar**. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0a11A_UBdWA. Acesso em: 5 maio 2018.
- KISHIMOTO, Tisuko. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. Anais do Seminário Nacional, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>. Acesso em: 5 maio 2018.
- KUNZ, Elenor. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. 6. ed. Coleção Educação Física. Editora Unijuí, 2004.
- KUNZ, Elenor; SIMON, Heloísa dos Santos. **O brincar como diálogo/pergunta e não como resposta à prática pedagógica**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 375-394, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1153/115329361018/>. Acesso em: 1 jun. 2018.
- KUNZ, Elenor *et al.* **Linguagem da criança - brincar e se-movimentar**. 2015. Disponível em: http://congresoeducacionfisica.fahce.unlp.edu.ar/11o-congreso/publicaciones-11ocongreso/Mesa%2003_Berleze.pdf. Acesso em: 1 jun. 2018.

Artigo recebido em 30/10/18. Aceito em 10/12/18.

TIPOS DE ALISAMENTOS CAPILARES

Janete Policarpo Nones¹

Jordana Ester Moretto¹

Kamila Eduarda Feder¹

Simone Cunegatto Camargo¹

Evelyn Daniele Bergamo Vicente Johannes¹

Resumo: A evolução das indústrias dos cosméticos lançou diversos produtos para mudar os aspectos do cabelo. Em destaque estão as escovas progressivas e definitivas. O objetivo deste trabalho é pesquisar, através de várias fontes, os diferentes tipos de produtos, os cuidados deste processo com a haste capilar, as indicações e contra-indicações, os princípios ativos como tioglicolato, os hidróxidos, o uso de produtos cosméticos com formol e ácidos glioxílico. A pesquisa obteve informações importantes e resultados satisfatórios, sanando as dúvidas sobre os produtos disponíveis no mercado brasileiro.

Palavras-chave: Cabelo. Alisamento. Formol.

Abstract: The evolution of the cosmetics industries, have launched several products to change the aspects of hair. Highlights include progressive and definitive brushes. The objective of this work is to search through various sources the different types of products, the care of this process with the hair shaft, indications and contraindications and the active principles such as thioglycolate, hydroxides, the use of cosmetic products with formaldehyde and glyoxylic acids. The research obtained important information and satisfactory results solving the doubts that existed about the products of the Brazilian market.

Introdução

Desde séculos passados a preocupação com a beleza é constante e os cabelos estão cada vez mais fazendo parte desse cenário. Quanto mais prático, fácil e bonito, melhor. Foi por esta questão que os alisamentos, tanto o permanente quanto o temporário, ganharam o mercado da beleza. Atualmente, existe muita oferta destes serviços em salões de beleza. Devido a sua importância e pouco conhecimento, observamos o quanto é necessário o bom entendimento das técnicas para a prestação adequada deste serviço.

O mercado atual oferece grande variedade de produtos para alisamento capilar, gerando muitas dúvidas para os profissionais da área e clientes. Este tipo de procedimento faz mal? O que ele realmente promete? Quais os benefícios e as contra-indicações?

De acordo com Frangie *et al.* (2016), os produtos utilizados para alisamento capilar geram malefícios aos fios, já que danificam as ligações químicas necessárias para manter a integridade da estrutura do cabelo. Segundo Frangie *et al.* (2016, p. 438): “na técnica de escova progressiva, como o próprio nome já diz, o tratamento é progressivo, isto é, quanto mais vezes o procedimento for aplicado, mais liso o cabelo vai ficar”.

Os alisantes capilares podem ser de uso comercial ou profissional, sendo diferenciados pela máxima concentração de ativos permitida para cada um dos tipos. (FRANGIE *et al.*, 2016, p. 438).

É possível percebermos que as escovas alisantes capilares disponíveis no mercado variam muito de marca e de princípios ativos, gerando dúvidas e receios aos profissionais de beleza que oferecem o serviço. Desta forma, abriremos nosso seminário acadêmico semestral visando descobrir ainda mais para orientar de forma clara e consistente a respeito deste tema tão polêmico que envolve a oferta de alisantes disponibilizada pelos profissionais cabeleireiros

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - no 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281 – Site: www.uniasselvi.com.br

Fundamentação teórica

É comum nos dias de hoje a grande procura pela beleza e praticidade dos fios de cabelos. Existe grande variedade de produtos que podem transformar a haste capilar, desde descolorações até alisamentos com várias formulações. Conforme Gregório (2017), além de proteger o couro cabeludo, o cabelo tem papel importante na forma de se manifestar e perceber das pessoas em todas as culturas.

Segundo Halal (2016), a importância social do cabelo é surpreendente. Em 1960 o comprimento do cabelo era uma afirmação social e política. Algumas religiões exigem a cabeça sem cabelo, enquanto outras não permitem que ele seja cortado. Já em algumas civilizações antigas, o cabelo era símbolo de poder e sabedoria.

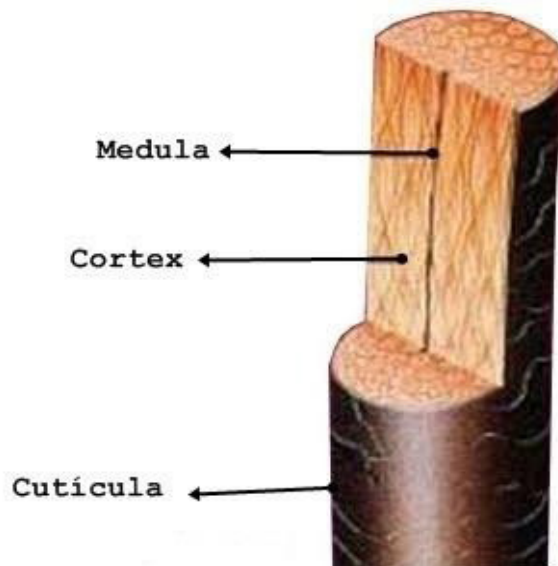
A procura por um cabelo mais fácil ao cuidado diário e beleza, tornou os alisamentos tão populares que os salões oferecem cada vez mais este tipo de serviço, prometendo um cabelo bonito, brilhoso e liso. Para o alisamento da haste capilar existem dois métodos principais que são o alisamento definitivo e o alisamento temporário. Ambos necessitam do estudo do fio de cabelo, dos produtos utilizados e um conhecimento básico da nossa derme.

Os pelos são estruturas mortas de substâncias queratinizadas, com formato cilíndrico, derivado de uma invaginação da epiderme, o folículo piloso (PORTAL DA EDUCAÇÃO, s.d.).

Em seu estudo, Halal (2016) confirma que em média existem cem mil folículos capilares no couro cabeludo e que esses folículos se desenvolvem por meio da derme e da epiderme.

O cabelo contém três estruturas básicas: Cutícula, Medula e Córtex. Este conhecimento é de grande importância e indispensável para os profissionais cabeleireiros e terapeutas capilares, sendo imprescindível para poder trabalhar com a química capilar, bem como com os alisamentos.

Figura 1. Estrutura Capilar



Fonte: <<https://essenciadediva.wordpress.com/tag/queratina/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

A cutícula

Conforme Devilla (2015), a cutícula dos nossos cabelos é a parte externa e visível formada por lâminas de queratina que podem chegar até dez camadas, e sua função é proteger o

córtex. Ela é a que mais se prejudica com as agressões externas como o sol, poluição, alimentação etc. É responsável por todo efeito sensorial do cabelo, como brilho e a maciez. (MANSUR; GAMONAL, 2004, *apud* DEVILLA, 2015, p.15).

Segundo Devilla (2015), a cutícula é sensível ao PH, sendo então necessário tomar cuidado com os produtos utilizados na hora de cada processo, averiguando seu potencial de hidrogeniônico.

Figura 2. Escala de danos dos fios



Fonte: encurtador.com.br/kCMQX. Acesso em: 9 abr. 2019.

A medula

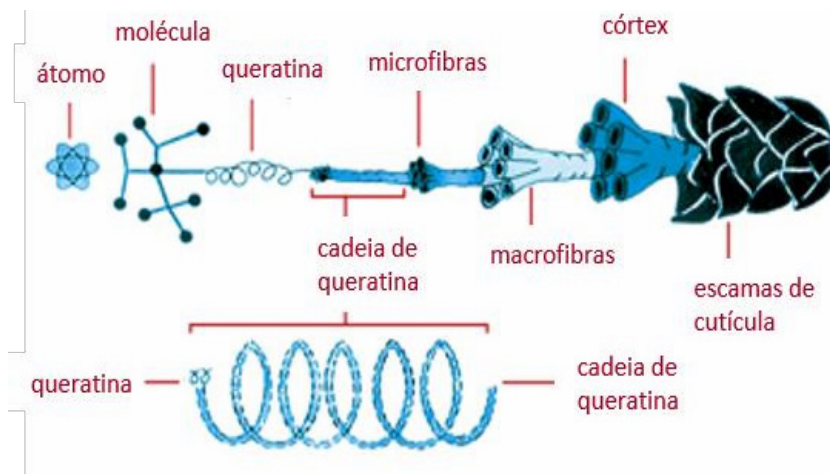
A camada mais interna da nossa estrutura capilar não está presente em todos os cabelos e aparece somente após alguns meses após o seu nascimento (DEVILLA, 2015). Essa parte do nosso cabelo não tem estudo que comprovem sua função na haste capilar.

O córtex

Responsável por 90% da massa do cabelo e sendo a principal estrutura básica do fio, é também responsável pela resistência, elasticidade e cor da haste capilar. Transformações como colorações, alisamentos, descolorações e permanentes atuam exatamente no córtex, alterando sua estrutura (COMPOSIÇÃO, 20-?).

Conforme Devilla (2015), a queratina, o principal componente do cabelo, é uma proteína constituída por 18 aminoácidos, entre eles a cisteína, que é de grande importância para o fio, e os lipídios, produzidos pelo bulbo piloso e representam 3% da composição dos cabelos.

Figura 3. Estrutura do Córtex



Fonte: encurtador.com.br/AKO01. Acesso em: 9 abr. 2019.

Agora que fizemos uma revisão sobre nossa haste capilar, poderemos entender melhor como os alisamentos agem em nossos fios, suas indicações, contraindicações e cuidados básicos.

Análise de testes de mechas

Segundo Halal (2016), o primeiro passo para um trabalho de qualidade é a análise criteriosa do tipo de cabelo, seu estado, e também a verificação do couro cabeludo da cliente, para sabermos que tipo de alisamento oferecer sem gerar danos na haste e cuidando da sua derme. Após analisar o fio e antes de iniciar o alisamento, é indispensável o teste de mechas com o produto que o profissional irá utilizar no seu trabalho. Diante dos resultados é que saberemos se o cabelo está apto a receber o produto e se o cliente não terá reação alérgica.

O cabelo é forte e elástico e qualquer procedimento para modificar sua forma dependerá da qualidade do fio, ou seja, da quantidade de queratina e da concentração do ativo, pois quanto maior, mais pontes de dissulfeto no córtex ele irá modificar (WILKINSON; MOORE, 1990, *apud* DEVILLA, 2015).

Sobres os alisantes

Os alisantes capilares existentes hoje no mercado podem ser de uso profissional ou comercial, sendo diferenciados pela quantidade de ativos permitidos para cada tipo de alisamento e cabelo. Todos os alisantes capilares são produtos registrados junto a ANVISA como cosmético de grau 2. O produto de alisamento definitivo, tem durabilidade maior, sendo que eles rompem as ligações dissulfídicas da queratina da haste capilar, esse processo químico causa uma nova forma no fio deixando lisos permanentes (DEVILLA, 2015).

As polêmicas envolvendo o uso inadequado do formol em procedimentos de alisamento vêm sendo expostas há muito tempo nos meios de comunicação. Usados em salões clandestinos e aplicados por profissionais desabilitados, causaram sérios riscos à saúde tanto de clientes quanto de profissionais.

O formol é considerado cancerígeno e quando absorvido por nós pela respiração apresenta um grande risco à saúde, bem como o aparecimento de câncer em diversas partes do corpo: boca, narinas, pulmão, sangue e na cabeça (ANVISA, s.d.).

Figura 4. Formol



Fonte: <http://www.euosoadoro.com.br/2012/03/formol-ate-quando.html> Acesso em: 26 maio 2018

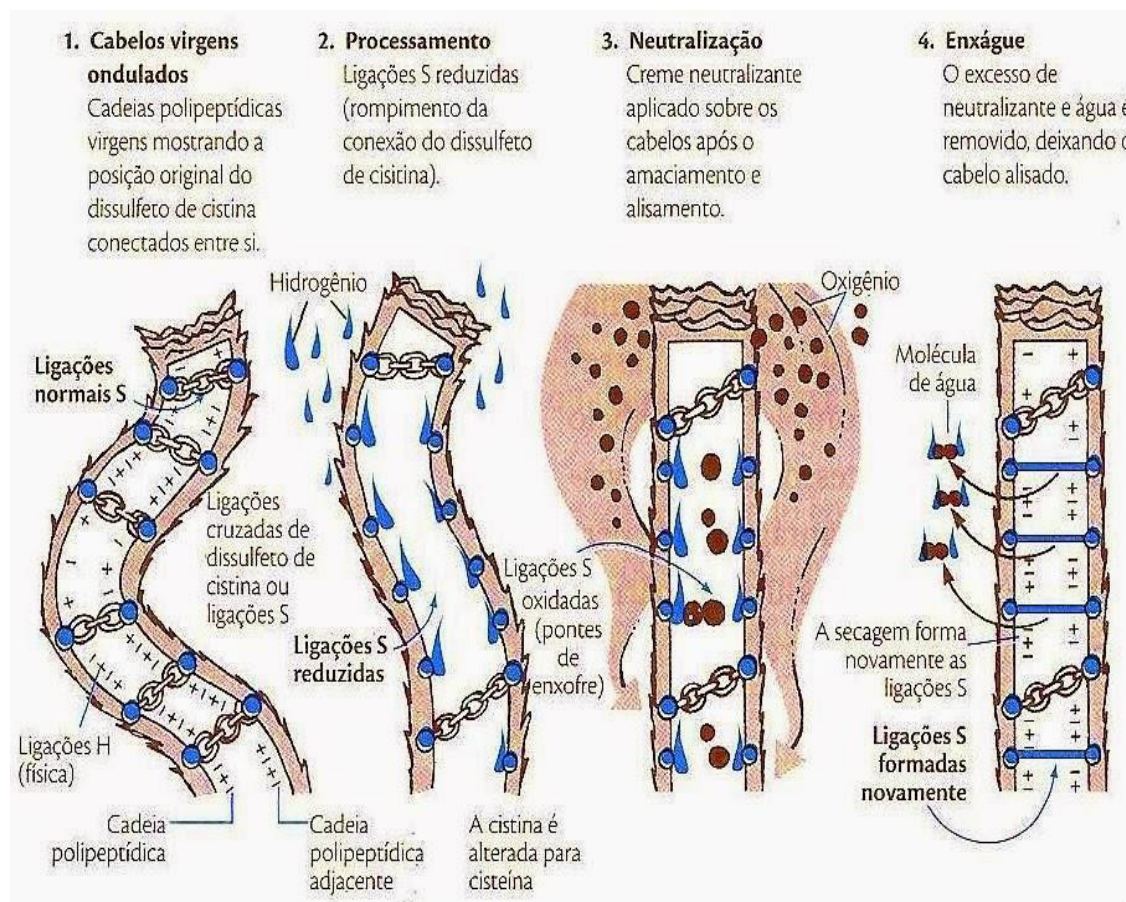
Produtos alisantes e procedimentos

Agora falaremos a respeito dos alisamentos mais usados na atualidade, e os principais usados no Brasil. Os mais conhecidos são os que contêm como princípios ativos: tióis, hidróxidos, formol e ácido glicóxico. Os dois primeiros ativos são para alisamentos definitivos, e os dois últimos, para alisamento temporário, também conhecido como escova progressiva.

Tióis

Segundo Halal (2016), os tióis são alisantes com o poder de romper as pontes de dissulfeto e dar novas formas aos cabelos, têm pH alcalino 9, e seus alisantes são em forma de creme, sendo um produto viscoso e com fácil aplicação. Os métodos de aplicação com esses produtos podem ser com o auxílio de um pente ou enluvando os cabelos com as mãos, sempre a fim de alinhá-los. Devilla (2015) afirma que o tioglicolato de amônio está na família dos tióis, é menos forte que os alisantes de hidróxidos e tem custo mais elevado. É menos nocivo, pois danifica menos a haste capilar. Sua concentração depende do seu potencial hidrogeniônico e deve ser escolhida conforme o tipo de cabelos e o resultado do teste de mechas. Tem cheiro extremamente forte e desagradável. A neutralização desse processo é feita por um agente oxidante, que religa as pontes dissulfetos. Após o uso de ativo nos cabelos, ele só poderá ser alisado novamente com o mesmo ativo. O alisamento deve ser feito de duas a quatro semanas antes da coloração.

Figura 5. Alisamento com Tióis



Fonte: encurtador.com.br/vEQZ1. Acesso em: 9 abr. 2019.

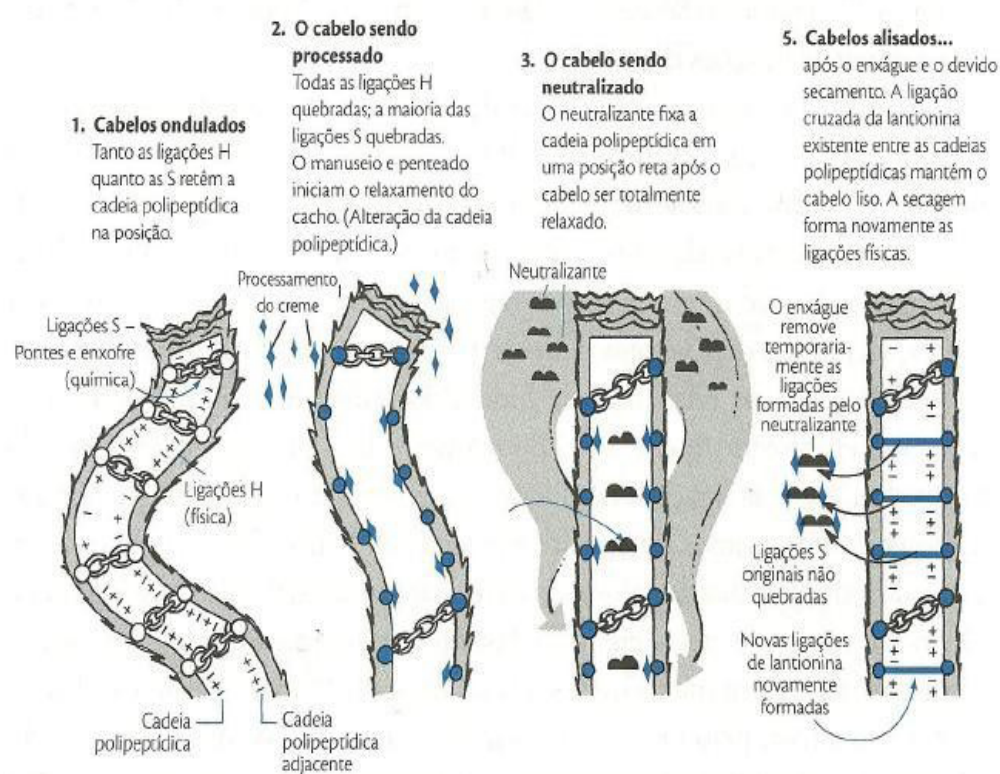
O produto alisante à base de tioglicolato é incompatível com os feitos à base de hidróxidos. Nunca aplique alisante à base de tioglicolato em um cabelo que foi alisado com hidróxidos, pois a probabilidade de quebra e/ou corte químico é muito grande (HALAL, 2016).

Hidróxidos

Segundo Halal (2016), os alisantes à base de hidróxidos têm maior variedade que os da família dos tióis. Hidróxidos de sódio, potássio, lítio, e a famosa guanidina, todos são dessa mesma categoria e todos são álcalis fortes que podem dilatar as cutículas no dobro de seu diâmetro normal, alcançando o pH de 13 e gerando o rompimento das pontes dissulfeto. Este rompimento é permanente, igual ao do tioglicolato.

Sua neutralização é feita com a aplicação de um xampu ácido balanceado ou uma loção normalizante, regredindo o pH do cabelo e do couro cabeludo. Diferentemente dos tióis, as pontes dissulfeto rompidas não podem ser refeitas.

Figura 6. Alisamento com hidróxidos



Fonte: <encurtador.com.br/mpsyV >. Acesso em: 9 abr. 2019.

Os relaxantes de hidróxidos são incompatíveis com o tioglicolato. Nunca use um produto de hidróxido em fios que já tenham sido alisados com um produto de tioglicolato, ou ele poderá romper-se (HALAL, 2016).

Formol

Conforme Halal (2016), já o tratamento de queratina (conhecido como escova progressiva aqui no Brasil), contém polímeros de silicone e alta quantidade de formaldeídos, sendo que a concentração de formol na formulação cosmética, para ser segura, deve ser inferior a 0,2%, visto que

nesta quantidade ele terá a função de conservante nas formulações dos produtos. Neste tratamento é utilizado fonte de calor, causando a evaporação do produto e representando grandes risco para cliente, profissional e demais pessoas no mesmo ambiente. Ele também pode causar sérios danos ao couro cabeludo e queimaduras na pele. Por se tratar de agente cancerígeno que pode causar danos irreversíveis à saúde, ele tem seu uso proibido como princípio ativo alisante.

Em estudos, Frangie *et al.* (2016) informa que as escovas progressivas têm uma durabilidade médias de três meses e, ao final desse período, deve-se repetir a aplicação das raízes às pontas, sendo que a cada aplicação os resultados serão melhores e mais duradouros. A proposta é deixar os fios mais brilhantes e com movimento. Esta técnica de alisamento temporário, reduz o volume, mas não alisa os cabelos, e caso venha a alisar já na primeira aplicação, o produto pode ter sofrido alterações.

Conforme Devilla (2015), para atingir o efeito alisante, o formaldeído deverá ser usado em concentrações muito altas, que podem variar de 20% a 30%, sendo totalmente proibido seu uso para este fim. O uso liberado do formaldeído é de apenas 0,2% para conservantes de produtos cosméticos e 5% como fortalecedor de unhas.

Figura 7. Risco do uso de alisantes tóxicos



Fonte: < <https://vini4696.wixsite.com/cabelosdaliberdade/single-post/2017/09/19/RISCOS-DE-ALISANTES-TOXICOS>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

Ácido Glioxílico

Este princípio ativo nos cosméticos, como a escova progressiva, ainda é algo pouco estudado. A ANVISA já informa que a utilização deste agente é para ajuste de pH, e não para alisantes capilares, sendo proibido para realinhamento capilar, desfrisante, botox capilar,

reestruturação capilar, blindagem capilar, escova progressiva, e outros cujos modos de uso estejam associado ao uso de chapinha. Todos estão irregulares no mercado, pois o ácido glicóxico utilizado em altas temperaturas libera formol, causando riscos à saúde dos profissionais do salão de beleza.

A ANVISA está avaliando o uso da substância em preparações cosméticas. O estudo ainda está em andamento e os resultados serão utilizados para elaboração de regulamentação específica (ANVISA, s.d.).

Em pesquisa sobre ácidos glicólicos para este *paper* acadêmico, encontramos uma nota de uma empresa que fabrica o produto com este princípio ativo. Nela, a empresa se defende de uma reportagem veiculada nos meios de comunicação. O seu teor nos mostra como este agente ainda é pouco conhecido, pois muitas dúvidas ainda precisam ser solucionadas. Acompanhe a seguir:

“De acordo com o nosso químico Sr. Nivaldo Crespo (renomado professor com mestrado e doutorado pela USP, pertencente ao Programa de Pós-Graduação desta Universidade): “A afirmação de que o ácido glicóxico libera formol nas condições adequadas para o uso capilar é FALSA, e revela total ignorância sobre química e sobre o comportamento dessa substância”. “O ácido glicóxico apenas em altíssimas temperaturas (acima de 500 graus celsius) e em atmosferas próximas ao vácuo absoluto seria capaz de liberar uma ínfima quantidade de monóxido de carbono, dióxido de carbono e formaldeído. Mas este fato não se dá somente com o ácido glicóxico. A maioria dos ácidos à temperatura de decomposição (alta temperatura) libera pequenas quantidades de formaldeído”

FONTE: <<https://www.assiscity.com/?b=28447>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

METODOLOGIA

Conforme Tomaino (2016), a metodologia exigida deve expressar rigorosamente o pensamento construído ao logo da pesquisa do texto científico feito, já que se presume ter realizado uma análise das referências a respeito do tema escolhido.

Para a formação deste trabalho, aplicamos a metodologia de revisão bibliográfica, verificando fontes de vários formatos: livros físicos e digitais, revistas, artigos, sites, mídias sociais etc.

CONCLUSÃO

A realização deste *paper* nos possibilitou observar a constante e crescente procura por beleza e praticidade no que se diz respeito aos cabelos. Conhecimento e responsabilidade são de grande importância para os profissionais, ao passo que estudar e se aperfeiçoar quanto as atualizações dos produtos cosméticos torna-se uma importante ferramenta e diferencial de trabalho.

Com base nas estruturas compostas da haste capilar (cutícula, medula e córtex), o profissional cabeleireiro, ao executar o procedimento, precisará realizar uma análise criteriosa do tipo e do estado do cabelo do cliente. Desta forma, poderá executar o alisamento indicado para que haja resultado satisfatório.

Dos tipos de alisamentos citados neste trabalho, o hidróxido, o tioglicolato (tióis), o ácido glicóxico e o formol, são produtos usados há tempos e que evoluíram com o passar dos anos. Dentre os citados, é importante ressaltar que o menos agressivo é o tioglicolato. Porém, há casos de cabelos em que, devido sua resistência, faz-se necessário o uso de produtos mais agressivos, como o hidróxido.

Neste trabalho abordamos também o uso de produtos com formol, com a indicação da quantidade permitida pelos órgãos competentes (ANVISA). Falamos a respeito daqueles que

trazem riscos aos clientes e profissionais, e dos alisamentos com ácido glioxílico - um produto com estudos ainda limitados, mas que merece atenção no que se refere aos efeitos, ainda pouco conhecidos, na saúde humana.

Reforçamos que todas as pessoas poderão realizar algum processo de alisamento para mudar a estrutura do cabelo, desde que este seja executado por profissionais capacitados e com produtos registrados e supervisionados pela ANVISA.

Referências

ANVISA. **Uso de ácido glioxílico em cosmético**. [s.d]. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2018.

ANVISA. **Escova progressiva, alisantes e formol**. [s.d]. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2018.

DEVILLA, Milliana Henrique. **Tricologia, terapia, avaliação e química capilar**. 1. ed. Uniasselvi, 2015.

FRANGIE, Catherine M. *et. al.* **Milady cosmetologia: cuidados com os cabelos**. 1. ed. São Paulo: Cengage, 2016.

GREGÓRIO, Françoise. Especial alisamento. **Cabelos & Cia**. São Paulo, n. 260, p. 101-105, out. 2017.

HALAL, John. **Tricologia a química cosmética capilar**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **A estrutura dos pelos**. [s.d]. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/esporte/a-estrutura-dos-pelos/22976>. Acesso em: 9 abr. 2019.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Composição do fio de cabelo**. [s.d]. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/composicao-do-fio-de-cabelo/61866> . Acesso em: 9 abr. 2019.

TOMAINO, B. *et. al.* **Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.

TRICOLOGIA: O estudo dos cabelos. **Portal Educação**. Campo Grande: Portal Educação, 2014